

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	17
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	104

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.187
Preferenciais	7.232.196
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	729.133	698.788
1.01	Ativo Circulante	39.257	32.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.529	10.083
1.01.03	Contas a Receber	11.608	10.008
1.01.03.01	Clientes	11.608	10.008
1.01.04	Estoques	429	468
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.451	2.428
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.451	2.428
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.240	9.172
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.094	0
1.01.08.03	Outros	14.146	9.172
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	673	0
1.01.08.03.02	Demais Créditos	13.473	9.172
1.02	Ativo Não Circulante	689.876	666.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.803	9.137
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.329	8.028
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.329	8.028
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	184	285
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	184	285
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.290	824
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	151	824
1.02.01.09.04	Empréstimos e Financiamentos	7.139	0
1.02.02	Investimentos	661.692	641.939
1.02.02.01	Participações Societárias	661.692	641.939
1.02.03	Imobilizado	13.327	15.491
1.02.04	Intangível	54	62
1.02.04.01	Intangíveis	54	62

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	729.133	698.788
2.01	Passivo Circulante	25.906	22.731
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	112	153
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	112	153
2.01.02	Fornecedores	5.650	2.213
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.650	2.213
2.01.03	Obrigações Fiscais	414	1.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	315	1.219
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	116
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	315	1.103
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	99	31
2.01.05	Outras Obrigações	19.730	19.115
2.01.05.02	Outros	19.730	19.115
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	1.038	423
2.02	Passivo Não Circulante	108.057	105.625
2.02.03	Tributos Diferidos	97.269	97.269
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.269	97.269
2.02.04	Provisões	10.788	8.356
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.788	8.356
2.03	Patrimônio Líquido	595.170	570.432
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-174.073	-202.408
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	203.218	206.815

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.588	20.225	8.335	16.458
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.075	-15.432	-6.488	-12.923
3.03	Resultado Bruto	2.513	4.793	1.847	3.535
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	18.920	21.775	-11.861	-71.187
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-5.006	-4.477	-4.681
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.715	-5.319	-2.575	-4.985
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	65	65	50	50
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.522	-2.593	-8	-8
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.092	34.628	-4.851	-61.563
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	21.433	26.568	-10.014	-67.652
3.06	Resultado Financeiro	3.038	3.610	754	901
3.06.01	Receitas Financeiras	3.081	3.711	769	933
3.06.02	Despesas Financeiras	-43	-101	-15	-32
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.471	30.178	-9.260	-66.751
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-462	-462	0	331
3.08.01	Corrente	-462	-462	0	331
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.009	29.716	-9.260	-66.420
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.009	29.716	-9.260	-66.420
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.01.02	PNA	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.01.03	PNB	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.02.02	PNA	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.02.03	PNB	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	24.009	29.716	-9.260	-66.420
4.02	Outros Resultados Abrangentes	48.988	-3.597	-4.509	-12.337
4.02.01	Ganho de Equivalência Patrimonial Reflexa - Benefício pós Emprego - CPC 33(R1)	48.988	-3.597	-4.509	-12.337
4.03	Resultado Abrangente do Período	72.997	26.119	-13.769	-78.757

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.481	7.866
6.01.01	Recebimento de Consumidores	16.025	31.584
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	215	417
6.01.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	22.007	460
6.01.04	Fornecedores - Materiais e Serviços	-12.406	-17.741
6.01.05	Salários e Encargos Sociais	-6.070	-5.881
6.01.07	Impostos e Contribuições	-72	-144
6.01.08	Outras Despesas	0	-829
6.01.09	Juros de Mútuo Recebido	632	0
6.01.10	Outros Recebimentos	2.150	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.035	0
6.02.01	Aquisição de Investimento	-2	0
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-25.894	0
6.02.03	Amortização de Empréstimos	2.861	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-554	7.866
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.083	7.177
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.529	15.043

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.02.03	Equivalência Patrimonial sobre Ajustes de Exercícios Anteriores de Controlada	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.335	-3.597	24.738
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.716	0	29.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-3.597	-4.978
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-3.597	-3.597
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Ajuste de Exercício Anterior - Coligadas	0	0	0	-1.381	0	-1.381
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-174.073	203.218	595.170

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	33	33
5.04.08	Ganho / (Perda) na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.263	-12.337	-78.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.420	0	-66.420
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	-12.337	-12.180
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	157	-12.337	-12.180
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-263.529	8.021	98.517

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	17.854	13.943
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.795	18.624
7.01.02	Outras Receitas	65	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.006	-4.681
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.391	-13.006
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.794	-13.092
7.02.04	Outros	-2.597	86
7.03	Valor Adicionado Bruto	-537	937
7.04	Retenções	-82	-111
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82	-111
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-619	826
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.339	-60.630
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	34.628	-61.563
7.06.02	Receitas Financeiras	3.271	933
7.06.03	Outros	440	0
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	440	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	37.720	-59.804
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	37.720	-59.804
7.08.01	Pessoal	5.819	5.369
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.779	5.333
7.08.01.02	Benefícios	24	11
7.08.01.03	F.G.T.S.	16	25
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.084	1.097
7.08.02.01	Federais	1.619	706
7.08.02.02	Estaduais	465	391
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	101	150
7.08.03.01	Juros	101	32
7.08.03.02	Aluguéis	0	118
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.716	-66.420
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.716	-66.420

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.225.979	3.375.971
1.01	Ativo Circulante	1.389.484	1.587.464
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	99.016	78.043
1.01.03	Contas a Receber	526.473	548.842
1.01.03.01	Clientes	526.473	548.842
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	526.473	548.842
1.01.04	Estoques	7.514	7.178
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.810	23.015
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.810	23.015
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	726.671	930.386
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	278.063	275.969
1.01.08.03	Outros	448.608	654.417
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	357.168	586.161
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.216	0
1.01.08.03.03	Demais Créditos	88.224	68.256
1.02	Ativo Não Circulante	1.836.495	1.788.507
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	265.677	229.469
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.569	6.434
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.569	6.434
1.02.01.03	Contas a Receber	52.943	19.636
1.02.01.03.01	Clientes	52.943	19.636
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.620	22.011
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	16.620	22.011
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	188.545	181.388
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.522	3.095
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	33.261	27.651
1.02.01.09.06	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	134.054	127.710
1.02.01.09.09	Demais Créditos	19.708	22.932
1.02.02	Investimentos	362.848	353.750
1.02.02.01	Participações Societárias	362.703	353.605
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	300.381	293.415
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	62.322	60.190
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	145	145
1.02.03	Imobilizado	119.928	109.153
1.02.04	Intangível	1.088.042	1.096.135

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.225.979	3.375.971
2.01	Passivo Circulante	1.328.740	1.436.621
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.330	38.730
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.330	38.730
2.01.02	Fornecedores	230.081	322.035
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	230.081	322.035
2.01.03	Obrigações Fiscais	269.104	264.796
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.054	39.377
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	32.131	13.336
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	12.923	26.041
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	223.490	223.830
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	560	1.589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	79.652	71.893
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.004	55.325
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.004	55.325
2.01.04.02	Debêntures	33.648	16.568
2.01.05	Outras Obrigações	707.987	729.999
2.01.05.02	Outros	707.987	729.999
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	37.292	30.871
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	183.781	118.605
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	72.171	69.465
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	115.621	135.107
2.01.05.02.10	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	258.006	342.530
2.01.05.02.15	Outras Obrigações	41.116	33.421
2.01.06	Provisões	4.586	9.168
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.586	9.168
2.02	Passivo Não Circulante	1.080.133	1.134.733
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	359.968	336.190
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	199.494	223.619
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	199.494	223.619
2.02.01.02	Debêntures	160.474	112.571
2.02.02	Outras Obrigações	453.502	469.318
2.02.02.02	Outros	453.502	469.318
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	7.832	21.626
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	200.052	182.269
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	97.346	110.088
2.02.02.02.07	Fornecedores	3.093	25.960
2.02.02.02.09	Obrigações Vinculadas a Concessão	127.155	117.546
2.02.02.02.10	Outras Obrigações	18.024	11.829
2.02.03	Tributos Diferidos	201.774	259.826
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	201.774	259.826
2.02.04	Provisões	64.889	69.399
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	64.889	69.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	817.106	804.617
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-174.073	-202.408

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	203.218	206.815
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	221.936	234.185

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	530.260	1.079.285	581.840	1.166.921
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-485.865	-946.013	-480.229	-992.134
3.02.01	Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda	-410.877	-799.905	-396.071	-827.982
3.02.02	Custo de Operação	-67.149	-132.936	-79.333	-153.261
3.02.03	Custo do Serviços Prestado a Terceiros	-7.839	-13.172	-4.825	-10.891
3.03	Resultado Bruto	44.395	133.272	101.611	174.787
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.088	-95.956	-78.650	-144.050
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.511	-47.181	-34.135	-63.485
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.910	-93.052	-39.118	-76.820
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	55.390	79.181	14.078	28.461
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28.641	-50.134	-16.727	-31.811
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.584	15.230	-2.748	-395
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.307	37.316	22.961	30.737
3.06	Resultado Financeiro	-268	-14.076	-7.427	-48.579
3.06.01	Receitas Financeiras	46.764	81.619	17.507	34.492
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.032	-95.695	-24.934	-83.071
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.039	23.240	15.534	-17.842
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.631	12.282	-22.469	-45.740
3.08.01	Corrente	-18.818	-32.922	-2.824	-3.928
3.08.02	Diferido	34.449	45.204	-19.645	-41.812
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.670	35.522	-6.935	-63.582
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	29.670	35.522	-6.935	-63.582
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.009	29.716	-9.260	-66.420
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.661	5.806	2.325	2.838
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.01.02	PNA	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.01.03	PNB	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.02.02	PNA	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329
3.99.02.03	PNB	1,6654	2,0613	-1,0084	-7,2329

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	29.670	35.522	-6.935	-63.582
4.02	Outros Resultados Abrangentes	48.988	-3.597	-4.509	-12.337
4.02.01	Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	48.988	-3.597	-4.509	-12.337
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	78.658	31.925	-11.444	-75.919
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	72.997	26.119	-13.769	-78.757
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.661	5.806	2.325	2.838

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.834	50.036
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.873.107	1.535.697
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	4.488	2.495
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	3.907	24.846
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	11.794	14.826
6.01.07	Outros Recebimentos	2.216	3
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-106.043	-98.459
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-845.919	-789.224
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-96.110	-84.541
6.01.11	Salários e Encargos Sociais	-151.846	-137.075
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-24.008	-17.631
6.01.13	Impostos e Contribuições	-476.807	-336.384
6.01.14	Encargos Setoriais	-150.448	-24.025
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	0	-19.336
6.01.16	Outras Despesas	-18.966	-21.156
6.01.17	Constituição de Caução CCEE	-5.531	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.421	-7.600
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-25.421	-7.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	26.560	-15.450
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-11.839	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	20.000
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-32.859	-35.057
6.03.04	Custo de Transação	52	-393
6.03.05	Debêntures - Captação	71.000	0
6.03.06	Adiantamento Para Aumento de Capital	206	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.973	26.986
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	78.043	66.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	99.016	92.992

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432	234.185	804.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-18.055	-18.055
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	148	148
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-17.038	-17.038
5.04.09	Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.223	-1.223
5.04.10	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	58	58
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.335	-3.597	24.738	5.806	30.544
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.716	0	29.716	5.806	35.522
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-3.597	-4.978	0	-4.978
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas	0	0	0	0	-3.597	-3.597	0	-3.597
5.05.02.07	Equiv. Patrim. s/Ajuste de Exercício Anterior - Coligadas	0	0	0	-1.381	0	-1.381	0	-1.381
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-174.073	203.218	595.170	221.936	817.106

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	33	33	-615	-582
5.04.08	Ganho/(Perda) na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33	0	33
5.04.09	Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-615	-615
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.263	-12.337	-78.600	2.838	-75.762
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.420	0	-66.420	2.838	-63.582
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	-12.337	-12.180	0	-12.180
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	157	-12.337	-12.180	0	-12.180
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-263.529	8.021	98.517	227.282	325.799

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	1.859.861	1.868.414
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.810.478	1.845.860
7.01.02	Outras Receitas	41.615	7.725
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	17.540	43.490
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.772	-28.661
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-995.824	-1.064.366
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-903.305	-960.835
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.290	-74.895
7.02.04	Outros	-6.229	-28.636
7.03	Valor Adicionado Bruto	864.037	804.048
7.04	Retenções	-20.701	-26.078
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.701	-26.078
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	843.336	777.970
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	99.516	34.097
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.230	-395
7.06.02	Receitas Financeiras	83.788	34.492
7.06.03	Outros	498	0
7.06.03.01	Dividendo Recebidos	498	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	942.852	812.067
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	942.852	812.067
7.08.01	Pessoal	111.273	88.211
7.08.01.01	Remuneração Direta	71.898	57.179
7.08.01.02	Benefícios	32.402	24.679
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.973	6.353
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	669.126	683.261
7.08.02.01	Federais	318.813	403.819
7.08.02.02	Estaduais	350.313	279.442
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	126.931	104.177
7.08.03.01	Juros	95.696	83.070
7.08.03.02	Aluguéis	31.235	21.107
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.522	-63.582
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.716	-66.420
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.806	2.838

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho 2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e de suas controladas descritas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2016.

O Brasil experimenta, atualmente, a continuidade da pior recessão econômica das últimas décadas. A desaceleração da economia, juros mais elevados, perda de grau de investimento e a moeda nacional em desvalorização, criaram um cenário de incertezas que sempre dificulta as decisões empresariais.

A economia brasileira teve que lidar com a piora na situação das famílias, que sofreu com a alta do desemprego, partindo de 6,5% em 2014 para 9% em 2015, além da queda de renda. Durante anos, o consumo das famílias contribuiu para o crescimento da economia, entretanto, no exercício de 2015, houve retração de 4%, contendo o último crescimento ocorrido em 2014 de 1,3%.

Ainda em 2015, registrou-se uma queda no consumo de energia. A crise econômica e os aumentos na conta de energia levaram o consumidor a mudar de hábitos, com consequente redução de 1,8% do mercado nacional, retração que foi revertida no 2º trimestre de 2016, uma vez que houve aumento de 0,6%, quando se compara com o 2º trimestre de 2015.

No âmbito da área de concessão da CEB Distribuição S.A., comparando-se os exercícios de 2015 e 2014, ocorreu a diminuição no consumo em MWh de 1,3%. Esta redução poderia ter sido maior, caso a Empresa não tivesse alcançado um aumento de 3,2% no número de unidades consumidoras.

O comportamento observado em 2015 alterou-se no primeiro semestre de 2016, tendo em vista que foi apurado aumento de consumo em MWh de 1,5%, ao confrontar-se o 1S16 com o 1S15.

Por outro lado, em função desse contexto e das especificidades setoriais que incrementam as pressões sobre os caixas das empresas controladas por meio de componentes não gerenciáveis, a Companhia, quando possível, tem judicializado com eficácia questões que ameaçam seus negócios, particularmente as geradoras/comercializadoras (CEB Participações S.A.; CEB Geração S.A.; e CEB Lajeado S.A.), no que diz respeito aos riscos hidrológicos. Nesse sentido, novas ações judiciais foram providenciadas no mês de março de 2016, que se somaram às aquelas ocorridas no exercício de 2015.

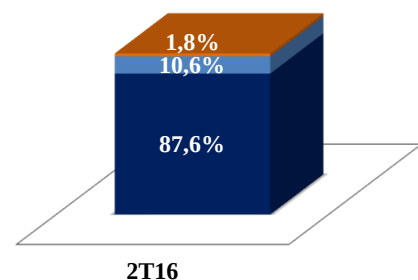
Dessa forma, o presente Comentário de Desempenho revela o estado empresarial dos negócios da CEB, com destaque nas ocorrências registradas no 2T16.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE

Classe de Consumidores	Consumidores			Δ Trim.	Δ Ano
	2T16	1T16	2T15		
Residencial	898.825	892.869	872.877	0,7%	3,0%
Comercial	108.825	108.582	107.785	0,2%	1,0%
Rural	10.243	10.202	10.180	0,4%	0,6%
Poder Público	5.974	6.055	6.250	-1,3%	-4,4%
Industrial	1.660	1.669	1.715	-0,5%	-3,2%
Serviço Público	326	312	315	4,5%	3,5%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
(=) Consumidores Faturados	1.025.872	1.019.708	999.141	0,6%	2,7%
Consumo Próprio	48	49	49	-2,0%	-2,0%
(=) Total	1.025.920	1.019.757	999.190	0,6%	2,7%

■ Residencial ■ Comercial ■ Demais classes



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho 2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

2

No final do 2T16 a Companhia possuía 1.025.920 consumidores, dentre os quais, 87,6% pertenciam à classe residencial, 10,6% à comercial e 1,8% às demais classes. Esta composição permaneceu estável em relação aos últimos períodos apurados. Observou-se crescimento trimestral de 0,6% na quantidade de consumidores e um aumento de 2,7% anual.

CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE

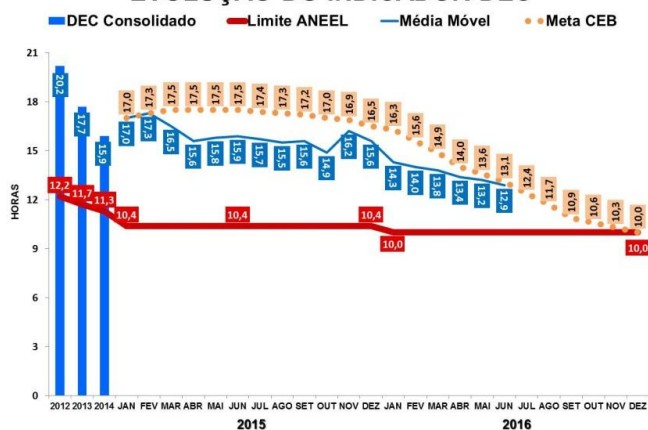
Classe de Consumidores	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh		Δ Ano
	2T16	1T16	2T15			1S16	1S15	
Residencial	563.380	555.132	555.783	1,5%	1,4%	1.118.512	1.129.195	-0,9%
Comercial	526.251	509.462	507.831	3,3%	3,6%	1.035.713	1.022.452	1,3%
Rural	43.223	31.740	34.620	36,2%	24,8%	74.963	66.749	12,3%
Poder Público	165.565	153.036	150.936	8,2%	9,7%	318.601	303.489	5,0%
Industrial	46.212	45.594	48.166	1,4%	-4,1%	91.806	95.930	-4,3%
Serviço Público	90.211	85.928	86.120	5,0%	4,8%	176.139	154.677	13,9%
Iluminação Pública	110.057	106.818	107.606	3,0%	2,3%	216.875	215.023	0,9%
(=) Consumidores Faturados	1.544.899	1.487.710	1.491.062	3,8%	3,6%	3.032.609	2.987.515	1,5%
Consumo Próprio	321	315	402	1,9%	-20,1%	636	828	-23,2%
(=) Total	1.545.220	1.488.025	1.491.464	3,8%	3,6%	3.033.245	2.988.343	1,5%

No 2T16, o consumo apresentou crescimento de 3,8% em relação ao 1T16, e de 3,6% quando comparado com o 2T15. No consumo acumulado do ano, houve crescimento de 1,5%. Esta evolução foi causada, principalmente, pelo aumento na quantidade de consumidores.

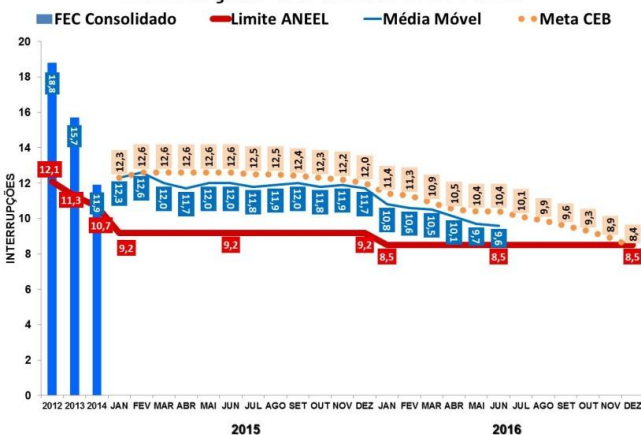
QUALIDADE DE SERVIÇO (DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA – DEC E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA – FEC)

Por determinação do Órgão Regulador, a CEB Distribuição S.A. formalizou por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13/04/2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados com quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas integralmente as metas mensais, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:

EVOLUÇÃO DO INDICADOR DEC



EVOLUÇÃO DO INDICADOR FEC



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho 2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

3

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Embora tenha ocorrido aumento de consumo no 2T16, a Receita Operacional Bruta apresentou queda de 7,0% em relação ao 1T16, e de 14,5% em relação ao 2T15. No acumulado do ano apurou-se retração de 3,2%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, justificada, principalmente, pelas variações de Energia de Curto Prazo e Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	832.442	863.386	794.880	-3,6%	4,7%	1.695.828	1.422.557	19,2%
Energia de Curto Prazo	103.622	72.281	114.420	43,4%	-9,4%	175.903	227.290	-22,6%
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	-110.366	-37.147	47.337	197,1%	-333,1%	-147.513	103.478	-242,6%
Receita de Construção	11.450	6.090	23.281	88,0%	-50,8%	17.540	43.490	-59,7%
Aporte de Recursos CDE	9.351	9.699	15.353	-3,6%	-39,1%	19.050	27.233	-30,0%
Receita de Prestação de Serviços	13.217	9.898	9.830	33,5%	34,5%	23.115	19.243	20,1%
Suprimento de Energia	7.436	8.247	7.160	-9,8%	3,9%	15.683	14.832	5,7%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	4.889	6.127	8.082	-20,2%	-39,5%	11.016	14.635	-24,7%
Arrendamento e Aluguéis	6.791	6.863	8.033	-1,0%	-15,5%	13.654	13.432	1,7%
Receita de Venda de Gás	1.405	1.387	1.154	1,3%	21,8%	2.792	2.201	26,9%
Serviço Taxado	554	519	531	6,7%	4,3%	1.073	964	11,3%
Receita Operacional Bruta	880.791	947.350	1.030.061	-7,0%	-14,5%	1.828.141	1.889.355	-3,2%
Deduções da Receita Operacional Bruta	-350.531	-398.325	-448.221	-12,0%	-21,8%	-748.856	-722.434	3,7%
Receita Operacional Líquida	530.260	549.025	581.840	-3,4%	-8,9%	1.079.285	1.166.921	-7,5%

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 2T16 registrou queda de 3,6% em relação ao 1T16, porém, em relação ao 2T15, verificou-se aumento de 4,7%. A queda da receita no 2T16, quando comparada ao 1T16, refere-se, principalmente, à redução do faturamento de Bandeiras Tarifárias, compensado pelo aumento no consumo de energia elétrica. O incremento verificado no 1S16, em relação ao 1S15, está ligado, essencialmente, aos seguintes fatores: i) reajuste tarifário anual aplicado a partir de agosto de 2015; ii) crescimento da quantidade de consumidores (2,7%) e; iii) aumento no consumo (1,5%).

Classe de Consumidores	R\$ Mil			Δ Trim.	Δ Ano	R\$ Mil		Δ Ano
	2T16	1T16	2T15			1S16	1S15	
Residencial	322.523	340.103	293.744	-5,2%	9,8%	662.626	537.500	23,3%
Comercial	301.764	314.390	275.018	-4,0%	9,7%	616.154	490.714	25,6%
Rural	17.473	14.611	13.641	19,6%	28,1%	32.084	23.197	38,3%
Poder Público	102.802	101.208	91.209	1,6%	12,7%	204.010	160.193	27,4%
Industrial	22.694	31.327	30.942	-27,6%	-26,7%	54.021	52.154	3,6%
Serviço Público	40.255	41.598	35.841	-3,2%	12,3%	81.853	59.970	36,5%
Iluminação Pública	34.650	37.665	37.363	-8,0%	-7,3%	72.315	66.993	7,9%
(=) Consumidores Faturados	842.161	880.902	777.758	-4,4%	8,3%	1.723.063	1.390.721	23,9%
Fornecimento Não Faturado Líquido	-9.718	-17.516	17.122	-44,5%	-156,8%	-27.234	31.836	-185,5%
(=) Total	832.443	863.386	794.880	-3,6%	4,7%	1.695.829	1.422.557	19,2%

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A Receita de Energia de Curto Prazo no 2T16 atingiu R\$ 103.622, 9,4% inferior à receita reconhecida no 2T15, influenciada, primordialmente, pela redução dos valores de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho 2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

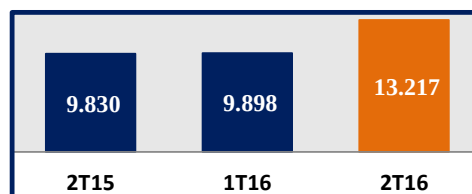
4

RECURSOS DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CVA)

Os Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros representaram a variação absoluta com maior impacto na Receita Operacional Bruta. A retração verificada no 2T16, quando se compara com o 1T16 (R\$ 73.219) e o 2T15 (R\$ 157.703), decorre, principalmente, da amortização da CVA reconhecida no reajuste tarifário em agosto 2015; da constituição de passivo regulatório para repasse de Bandeiras Tarifárias; e das cotas de CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) previstas para a revisão tarifária de outubro de 2016.

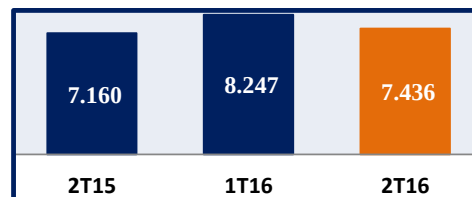
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita de Prestação de Serviços constituiu-se, basicamente, dos faturamentos da expansão e manutenção de iluminação pública. No 2T16 apurou-se R\$ 13.217, apresentando um aumento de 33,5%, quando comparado com o 1T16 (R\$ 9.898) e de 34,5% em relação ao 2T15 (R\$ 9.830). Estes incrementos foram decorrentes do aumento do número de obras de expansão de iluminação pública.



SUPRIMENTO DE ENERGIA

A Receita de Suprimento de Energia no 1S16 foi de R\$ 15.683, demonstrando estabilidade em relação ao 1S15 (R\$ 14.832). No 2T16, quando comparado com o 2T15, houve um aumento de R\$ 276 (3,9%).

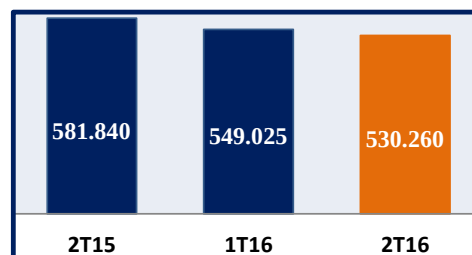


DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 2T16 foram de R\$ 350.531, com decréscimos de R\$ 47.794 (-12,0%) na comparação com o 1T16, e de R\$ 97.690 (-21,8%), em relação ao 2T15. As variações foram motivadas, principalmente, pelas reduções dos encargos de repasses das Bandeiras Tarifárias.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida no 2T16 foi de R\$ 530.260, apresentando uma redução de R\$ 18.765 (-3,4%), na comparação com o 1T16, e diminuição de R\$ 51.580 (8,9%), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	-274.281	-267.606	-286.450	2,5%	-4,2%	-541.887	-588.522	-7,9%
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	-79.632	-89.403	-75.558	-10,9%	5,4%	-169.035	-172.631	-2,1%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-56.589	-31.715	-34.063	78,4%	66,1%	-88.304	-66.829	32,1%
Repactuação do Risco Hidrológico	-375	-304		23,4%		-679		
Custo da Energia Comprada	-410.877	-389.028	-396.071	5,6%	3,7%	-799.905	-827.982	-3,4%
Pessoal e Administradores	-58.067	-59.345	-48.365	-2,2%	20,1%	-117.412	-98.566	19,1%
Serviço de Terceiros	-57.092	-27.046	-37.682	111,1%	51,5%	-84.138	-72.428	16,2%
Custo de Construção – Concessão	-11.450	-6.090	-23.281	88,0%	-50,8%	-17.540	-43.490	-59,7%
Provisão Estimada de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	10.866	-20.638	-16.525	-152,7%	-165,8%	-9.772	-28.661	-65,9%
Arrendamento	-13.648	-13.648	-10.462	0,0%	30,5%	-27.296	-20.925	30,4%
Material	-717	-185	-1.361	287,6%	-47,3%	-902	-2.405	-62,5%
Outras Despesas	-2.302	-6.278	-6.818	-63,3%	-66,2%	-8.580	-11.904	-27,9%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho 2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

5

R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
Demais Custos e Despesas Operacionais	-132.410	-133.230	-144.494	-0,6%	-8,4%	-265.640	-278.379	-4,6%
Custos e Despesas Operacionais	-543.287	-522.258	-540.565	4,0%	0,5%	-1.065.545	-1.106.361	-3,7%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 543.287 no 2T16, um aumento de R\$ 21.029 (4,0%), em relação ao 1T16. Relativamente ao 2T15, houve um aumento de R\$ 2.722 (0,5%).

As principais ocorrências no período nos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

- **Custo da Energia Comprada:** o Custo da Energia Comprada no 2T16 totalizou R\$ 410.877, um acréscimo de R\$ 21.849 (5,6%), na comparação com o 1T16. Em comparação ao 2T15, houve acréscimo de R\$ 14.806 (3,7%). A variação apresentada decorre, principalmente, a maiores encargos de energia de reserva, devidamente constituídos como ativo financeiro regulatório para aplicação na revisão tarifária.
- **Pessoal e Administradores:** no 2T16 houve um decréscimo de R\$ 1.278 (-2,2%), quando comparado ao 1T16. Em comparação ao 2T15, há um acréscimo de R\$ 9.702 (+20,1%), decorrente, principalmente, do reajuste salarial dos e admissão de novos empregados, em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado com o Ministério Público.
- **Provisão Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa/Perdas:** no 2T16 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou uma queda de R\$ 31.504 em relação ao 1T16. Na comparação com o 2T15, a provisão registrou redução de R\$ 27.391, devido à reversão de perdas estimadas com o Governo do Distrito Federal.

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais	55.390	23.791	14.078	132,8%	293,5%	79.181	28.461	178,2%
Outras Despesas Operacionais	-28.641	-21.493	-16.727	33,3%	71,2%	-50.134	-31.811	57,6%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	26.749	2.298	-2.649	1064,0%	-1109,8%	29.047	-3.350	-967,1%

No 2T16 as Outras Receitas Operacionais Líquidas totalizaram R\$ 26.749. Na comparação com o 1T16, houve um acréscimo de R\$ 24.451, influenciada, principalmente, pelo registro da baixa de passivos avaliados pela Companhia quanto à sua exigibilidade.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
Receitas Financeiras	39.356	26.774	17.507	47,0%	124,8%	66.130	34.492	91,7%
Despesas Financeiras	-47.032	-48.663	-29.288	-3,4%	60,6%	-95.695	-65.668	45,7%
Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica	7.408	8.081	4.354	-8,3%	70,1%	15.489	-17.403	-189,0%
Resultado Financeiro	-268	-13.808	-7.427	-98,1%	-96,4%	-14.076	-48.579	-71,0%

No 2T16, o Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 268, uma melhora de R\$ 13.540 quando comparado ao 1T16. Na comparação com o 2T15, houve um incremento de R\$ 7.159, decorrente da reversão de despesas financeiras de atualização monetária sobre passivos que, após avaliação de sua exigibilidade, foram baixados.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho 2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

6

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado (conforme Instrução CVM N° 527 de 4 de outubro de 2012), excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 2T16, o EBITDA Ajustado foi positivo no montante de R\$ 22.763, registrando-se uma redução de 34,4% na comparação com o 1T16 (R\$ 34.712). A Margem EBITDA Ajustada no 2T16 foi de 4,3%, enquanto no 1T16 e no 2T15 foi de 6,3%, e 6,2%, respectivamente. A redução em relação ao 1T16 deveu-se à diminuição da Receita Bruta no 2T16, causada, preponderantemente, pelas variações dos Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros, que neste trimestre, alcançou o montante de R\$ 110.367 negativos. Tais comportamentos representaram diminuições de R\$ 73.219 e de R\$ 157.703, quando comparados com os 1T16 e 2T15.

R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
Lucro/(Prejuízo) Consolidado do Período	29.670	5.852	-7.551	407,0%	-492,9%	35.522	-64.198	-155,3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-15.632	3.350	23.085	-566,6%	-167,7%	-12.282	46.356	-126,5%
(+) Resultado Financeiro	268	13.809	7.427	-98,1%	-96,4%	14.077	48.579	-71,0%
(+) Depreciação/Amortização	9.002	11.701	12.917	-23,1%	-30,3%	20.703	26.078	-20,6%
EBITDA	23.308	34.712	35.878	-32,9%	-35,0%	58.020	56.815	2,1%
Ajustes:								
(-) (Ganho)/Perda na Venda de Bens	-545	-	-51		968,6%	-545	-99	450,5%
EBITDA Ajustado	22.763	34.712	35.827	-34,4%	-36,5%	57.475	56.716	1,3%
Margem EBITDA %	4,4%	6,3%	6,2%			5,4%	4,9%	
Margem EBITDA Ajustado %	4,3%	6,3%	6,2%			5,3%	4,9%	

LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO

O Lucro Consolidado no 2T16 foi de R\$ 29.670 e no 1S16 R\$ 35.522, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de R\$ 24.008 neste trimestre e de R\$ 29.716 no acumulado do ano. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 5.662 e de R\$ 5.806 nos 2T16 e 1S16, respectivamente.

R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
Lucro/(Prejuízo) Consolidado do Período	29.670	5.852	-63.582	407,0%	-146,7%	35.522	-64.198	-155,3%
Margem Líquida	5,60%	1,07%	-10,93%	424,9%	-151,2%	3,3%	46.356	-100,0%
Atribuível aos Acionistas Controladores	24.008	5.707	-66.420	320,7%	-136,1%	29.716	-66.421	-144,7%
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	1,6653	0,3959	-7,2326	320,6%	-123,0%	2,0613	-4,6073	-144,7%

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Consolidada apresentou um acréscimo de R\$ 31.537, (7,7%) em relação a dezembro de 2015. Em comparação com junho de 2015, o aumento foi de R\$ 113.893 (35,0%).

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho
2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

7

A Dívida Líquida, em quantidade de EBITDA, no 1S16 correspondeu a 1,1 (mesmo resultado do 4T15), e 109,0 apurado no 1S15.

R\$ Mil	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	79.652	71.893	66.380	10,8%	20,0%
Longo Prazo	359.968	336.190	241.026	7,1%	49,3%
Dívida Total	439.620	408.083	307.406	7,7%	43,0%
(-) Caixa Disponível	-99.016	-78.043	-92.992	26,9%	6,5%
(=) Dívida Líquida	340.604	330.040	214.414	3,2%	58,9%
EBITDA Anualizado	296.399	312.046	1.967	-5,0%	14968,6%
Dívida Líquida/EBITDA	1,1	1,1	109,0	8,6%	-98,9%

Observação: EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

R\$ Mil	2016	2017	2018	2019	2020+	Total
Empréstimos e Financiamentos	32.434	71.478	50.228	44.504	46.854	245.498
Debêntures	33.648	21.286	42.911	37.199	59.078	194.122
Moeda Nacional	66.082	92.764	93.139	81.703	105.932	439.620

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

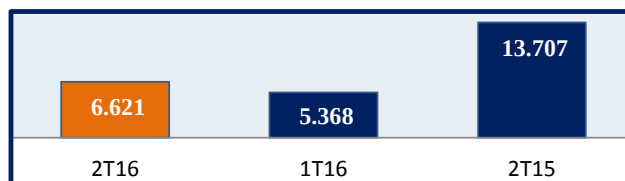
	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de Dezembro de 2015	278.944	129.139	408.083
Empréstimos/Debêntures Captados		71.000	71.000
Encargos Incorridos no Período	12.714	12.204	24.918
Custo de Transação	107	-1.183	-1.076
Encargos Financeiros Pagos	-17.304	-14.386	-31.690
Amortizações de Principal	-28.963	-2.652	-31.615
Saldo em 30 de junho de 2016	245.498	194.122	439.620

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA

R\$ Mil	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	439.620	408.083	307.406
Caixa e Equivalentes de Caixa	-99.016	-78.043	-92.992
Dívida Líquida	340.604	330.040	214.414
Patrimônio Líquido	595.170	570.432	112.252
Total do Capital	935.774	900.472	326.666
Índice de Alavancagem Financeira Líquida – %	36,4%	36,7%	65,6%
(Dívida Líquida)/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)			

CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

No 2T16, os investimentos totalizaram R\$ 6.621, apresentando um acréscimo de R\$ 1.253 (23,3%), em relação ao 1T16 (R\$ 5.368). Em comparação com o 2T15, o CAPEX teve uma redução R\$ 7.086 (-51,7%).



R\$ Mil	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
CAPEX	6.621	5.368	13.707	23,3%	-51,7%	11.969	21.738	-44,9%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

8

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2T16	1T16	2T15	1S16	1S15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	880.791	947.350	1.030.061	1.828.141	1.889.355
Fornecimento de Energia Elétrica	832.442	863.386	794.880	1.695.828	1.422.557
Energia de Curto Prazo	103.622	72.281	114.420	175.903	227.290
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(110.366)	(37.147)	47.337	(147.513)	103.478
Receita de Construção	11.450	6.090	23.281	17.540	43.490
Aporte de Recursos CDE	9.351	9.699	15.353	19.050	27.233
Receita de Prestação de Serviços	13.217	9.898	9.830	23.115	19.243
Suprimento de Energia	7.436	8.247	7.160	15.683	14.832
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	4.889	6.127	8.082	11.016	14.635
Arrendamento e Aluguéis	6.791	6.863	8.033	13.654	13.432
Receita de Venda de Gás	1.405	1.387	1.154	2.792	2.201
Serviço Taxado	554	519	531	1.073	964
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(350.531)	(398.325)	(448.221)	(748.856)	(722.434)
Tributos Sobre Receita Operacional Bruta	(252.131)	(271.731)	(254.250)	(523.862)	(457.252)
Encargos do Consumidor	(98.400)	(126.472)	(193.971)	(224.872)	(265.177)
Descontos Incondicionais		(122)		(122)	(5)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	530.260	549.025	581.840	1.079.285	1.166.921
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(506.954)	(514.314)	(545.961)	(1.021.268)	(1.110.106)
Custo da Energia Comprada	(410.877)	(389.028)	(396.071)	(799.905)	(827.982)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(274.281)	(267.606)	(286.450)	(541.887)	(588.522)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(79.632)	(89.403)	(75.558)	(169.035)	(172.631)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(56.589)	(31.715)	(34.063)	(88.304)	(66.829)
Repactuação do Risco Hidrológico	(375)	(304)		(679)	
Demais Custos/Despesas Operacionais Líquidas	(96.077)	(125.286)	(149.890)	(221.363)	(282.124)
Pessoal e Administradores	(58.067)	(59.345)	(48.365)	(117.412)	(98.566)
Serviço de Terceiros	(57.092)	(27.046)	(37.682)	(84.138)	(72.428)
Custo de Construção – Concessão	(11.450)	(6.090)	(23.281)	(17.540)	(43.490)
Provisão Estimada de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	10.866	(20.638)	(16.525)	(9.772)	(28.661)
Arrendamento	(13.648)	(13.648)	(10.462)	(27.296)	(20.925)
Material	(717)	(185)	(1.361)	(902)	(2.405)
Equivalência Patrimonial	9.584	5.646	(2.747)	15.230	(395)
Outras Despesas	(2.302)	(6.278)	(6.818)	(8.580)	(11.904)
Outras Despesas Operacionais	(28.641)	(21.493)	(16.727)	(50.134)	(31.811)
Outras Receitas Operacionais	55.390	23.791	14.078	79.181	28.461
EBITDA	23.306	34.711	35.879	58.017	56.815
Margem EBITDA	4,40%	6,32%	6,17%	5,38%	4,87%
Depreciação e Amortização	(8.999)	(11.702)	(12.917)	(20.701)	(26.078)
EBIT	14.307	23.009	22.962	37.316	30.737
Resultado Financeiro	(268)	(13.808)	(7.427)	(14.076)	(48.579)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	14.039	9.201	15.535	23.240	(17.842)
DEDUÇÕES	15.632	(3.350)	(23.085)	12.282	(46.356)
IRPJ/CSLL	15.632	(3.350)	(23.085)	12.282	(46.356)
LUCROS/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	29.671	5.851	(7.550)	35.522	(64.198)
Margem Líquida	5,60%	1,07%	-1,30%	3,29%	-5,50%
Atribuível aos Acionistas Controladores	24.009	5.707	(9.260)	29.716	(66.420)
Atribuível aos Acionistas não Controladores	5.662	144	1.710	5.806	2.222
Quantidade de Ações em Milhares	14.416	14.416	9.183	14.416	9.183
Lucro Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	1,6654	0,3959	(1,0084)	2,0613	(7,2329)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

9

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado
ATIVO	3.225.979	3.375.971	2.978.281
Circulante	1.389.484	1.587.464	1.155.281
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.016	78.043	92.992
Contas a Receber	526.473	548.842	510.592
Estoques	7.514	7.178	14.753
Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.216		2.587
Tributos e Contribuições Compensáveis	29.810	23.015	11.917
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	357.168	586.161	404.530
Demais Créditos	88.224	68.256	117.910
Ativos Não Circulante Mantido para Venda	278.063	275.969	-
Não Circulante	265.677	1.788.507	1.823.000
Aplicações Financeiras	7.569	6.434	
Contas a Receber	52.943	19.636	15.128
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.522	3.095	6.569
Tributos e Contribuições Compensáveis	16.620	22.011	31.340
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	134.054	127.710	
Ativo Financeiro Indenizável	33.261	27.651	870.819
Demais Créditos	19.708	22.932	1.775
Investimentos	362.848	353.750	651.294
Imobilizado	119.928	109.153	110.286
Intangível	1.088.042	1.096.135	135.789
PASSIVO	3.225.979	3.375.971	2.978.281
Circulante	1.328.740	1.436.621	1.153.738
Fornecedores	230.081	322.035	392.840
Obrigações Tributárias	269.104	264.796	214.122
Contribuição de Iluminação Pública	115.621	135.107	107.351
Encargos Regulatórios	183.781	118.605	178.698
Debêntures	33.648	16.568	
Empréstimos e Financiamentos	46.004	55.325	66.380
Obrigações Societárias	37.292	30.871	31.173
Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.330	38.730	33.801
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros	258.006	342.530	
Benefícios Pós-Emprego	72.171	69.465	33.714
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	4.586	9.168	7.030
Demais Obrigações	41.116	33.421	88.629
Não Circulante	1.080.133	1.134.733	1.471.675
Fornecedores	3.093	25.960	
Obrigações Tributárias	201.774	259.826	287.529
Contribuição de Iluminação Pública	97.346	110.088	122.955
Debêntures	160.474	112.571	
Empréstimos e Financiamentos	199.494	223.619	241.026
Benefícios Pós-Emprego	7.832	21.626	326.067
Encargos Regulatórios	200.052	182.269	162.664
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	64.889	69.399	80.623
Obrigações Vinculadas a Concessão	127.155	117.546	36.315
Demais Obrigações	18.024	11.829	214.496
Patrimônio Líquido	817.106	804.617	325.799
Atribuído ao Acionista Controlador	595.170	570.432	98.517
Capital Social	566.025	566.025	342.056
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital			11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	203.218	206.815	8.021
Prejuízos Acumulados	(174.073)	(202.408)	(263.529)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho 2º Trimestre de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

10

Atribuído aos Acionistas não Controladores	221.936	234.185	227.282
ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2T16	1T16	2T15
Atividades:			
Operacionais	19.834	15.639	50.036
Investimento	(25.421)	(12.100)	(7.600)
Financiamento	26.560	(22.356)	(15.450)
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	20.973	(18.817)	26.986
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	78.043	78.043	66.006
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	99.016	59.226	92.992

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

1.2. ALIENAÇÃO DE ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

Em 21 de dezembro de 2015, o Governador do Distrito Federal sancionou a Lei nº 5.577, na qual a Companhia Energética de Brasília fica autorizada a alienar suas participações acionárias em empresas de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, vinculando a aplicação dessas receitas em investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de empréstimos da controlada CEB Distribuição S.A..

1.3. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO – ACORDO GSF

Desde 2014, os geradores hidrelétricos vêm sofrendo elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo – MCP de energia elétrica, em função da crise hídrica no país. Diante da incapacidade financeira das empresas de geração hidrelétrica, frente a tais exposições negativas, grande parte das geradoras recorreu à via judicial, de forma a se protegerem dos efeitos financeiros do déficit hídrico, o que agravou a crise do setor.

Como alternativa, em 08 de dezembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.203, que estabeleceu os pilares para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração hidrelétrica, bem como a Resolução Normativa da ANEEL nº 684, em 11 de dezembro de 2015, que definiu os critérios e as demais condições para a repactuação.

Os termos do acordo de repactuação para os geradores hidrelétricos se baseiam na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. Como condição à repactuação, tornou-se necessária a desistência, por parte dos geradores, das ações judiciais que questionaram os efeitos financeiros do déficit de geração.

Assim, em janeiro de 2016, as empresas CEB Geração S.A., CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A., decidiram pela adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, conforme deliberação dos seus respectivos Conselhos de Administração, considerando os seguintes produtos e margens de risco:

- CEB Geração S.A. – Produto SP 100 – margem de risco zero (0%);
- CEB Lajeado S.A. – Produto SP 92 – margem de risco de 8%; e
- CEB Participações S.A. – Produto SP 91 – margem de risco de 9%.

A repactuação trouxe a possibilidade de compensação do risco hidrológico contabilizado em 2015, por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco em períodos que variam, segundo as condições e características dos contratos de venda de energia firmados por cada uma das empresas. Para a CEB Geração S.A., como o prazo para a compensação do risco de 2015 não foi suficiente para a recuperação do valor efetivamente liquidado durante o ano de 2015, houve extensão do prazo de vigência do Contrato de Concessão para 29 de abril de 2020.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após as adesões da CEB Geração S.A., CEB Participações S.A. e CEB Lajeado S.A. à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que houve as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração, alguns agentes não procederam da mesma forma. Essa opção manteve suas judicializações que os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles que tinham optado pela mencionada repactuação.

Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi impetrada uma ação judicial que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos.

1.4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	30/06/2016	31/12/2015
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

1.4.1. CONTROLADAS

1.4.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da CEB.

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(i) INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A prorrogação da concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB D, que consiste na busca da eficiência operacional e financeira, com remuneração compatível dos investimentos realizados e em curso, bem como na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que contempla três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montantes expressivos.

A segunda fase, os ajustes estruturais, promoveu, com êxito, a redução da estrutura organizacional, por meio da diminuição de diretorias e otimização de atividades. Adicionalmente, a Administração continuou atuando para a redução dos elevados custos do plano assistencial, que culminou na decisão judicial favorável, conforme exposto na Nota Explicativa nº 1.2 e divulgado no Fato Relevante publicado em 29 de fevereiro de 2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015, conforme informado pelo Fato Relevante publicado em 23 de dezembro de 2015 e pela Nota Explicativa nº 1.3.1. A injeção de recursos decorrente da monetização dos mencionados ativos contribuirá, substancialmente, para a redução do endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL, bem como nos adequados patamares de investimentos exigidos no contrato de concessão prorrogado.

As ações gerenciais apontadas propiciaram a recuperação das condições necessárias para garantir a continuidade operacional da Empresa, atendendo aos requisitos de qualidade do serviço e o atendimento dos seus clientes.

(ii) REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA – RTE

A RTE está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras e na Lei Geral das Concessões, sendo permitido que a ANEEL revise as tarifas quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos resultante de alterações nos custos não gerenciáveis das concessionárias, tais como custos de compra de energia e encargos.

Em reunião pública de 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL aprovou, entre outros, um índice médio de 24,14% para reajuste das tarifas da CEB Distribuição S.A. no processo de Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com vigência a partir de 2 de março de 2015, conforme Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015.

(iii) REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DE 2015 – IRT 2015

O reajuste tarifário anual visa repassar à tarifa de energia elétrica os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, transmissão e encargos setoriais); ajustar os custos gerenciáveis da distribuidora (operacionais, remuneração pelos investimentos realizados e quota de depreciação); e a dedução do Fator X, que significa o compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade.

A Nota Técnica nº 211/2015-SGT/ANEEL, de 12 de agosto de 2015, detalha os valores que foram considerados, segundo metodologias definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret.

Destaca-se, com base no referido documento, que apenas parte do diferimento tarifário ocorrido em agosto de 2014, no montante de R\$ 25.461, foi contemplado neste processo de IRT 2015, restando um saldo referente ao diferimento de R\$ 120.288, que dependerá de avaliação regulatória para ser recebido na Revisão Tarifária Periódica de 2016.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A ANEEL, mediante a Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, homologou o resultado do IRT 2015 da CEB Distribuição S.A., sendo que o reajuste médio, líquido de impostos, foi de 18,66%, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2015.

(iv) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL

No dia 11 de janeiro de 2016 foi iniciada a operação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP/SAP, denominado na CEB de Projeto SYN.

O objetivo principal deste novo sistema é adequar os processos da CEB Distribuição S.A. aos regulamentos da ANEEL, dentre eles, o novo plano de contas contábil e a reestruturação da base de ativos.

Basicamente, os resultados esperados com esta adequação são os ajustes nos processos de gestão empresarial e o reconhecimento sobre os investimentos realizados pela Empresa no sistema elétrico e, consequentemente, uma repercussão adequada na tarifa de energia da CEB Distribuição S.A..

Tendo em vista que este sistema é largamente utilizado no setor elétrico brasileiro e mundial, entende-se que este é um marco importante da modernização da plataforma tecnológica utilizada pela CEB D, que possibilitará uma evolução na sua operação, bem como na gestão dos seus resultados.

(v) PLANO ASSISTENCIAL – FACEB – INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº 3.010/2002 E Nº 3.199/2003

Em 4 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia encaminhou o Parecer nº 295/2012/JUR–CEB D à então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, solicitando pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, “*no sentido de avaliar a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.010/2002, alterada pela Lei Distrital nº 3.199/2003*”, que dispõem sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB. Por sua vez, em 13 de novembro de 2014, a PGDF aprovou o Parecer nº 002/2013, que concluiu pela inconstitucionalidade das referidas leis distritais.

Em 11 de dezembro de 2014, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, em que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão nº 893.733, disponibilizado na Edição nº 181/2015 do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgou procedente a referida ADI. Foi declarada com eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, restringindo seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão.

Como consequência deste ato, a CEB Distribuição S.A. elaborou o laudo atuarial considerando somente os efeitos até os dezoito meses a contar da publicação do acórdão. Desta forma, o valor provisionado relativo ao plano assistencial foi de R\$ 28.564, o que gerou uma reversão da provisão constituída no montante de R\$ 249.226, sendo R\$ 158.514 revertido contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e R\$ 90.712 revertido contra o resultado.

(vi) SOBRECONTRATAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, estabelece em seu art. 2º, que as distribuidoras de energia elétrica devem garantir o atendimento da totalidade de seu mercado, mediante contratação de energia elétrica e potência regulada, devidamente registradas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O mesmo decreto impõe penalidades aos agentes que não apresentarem contratos de energia para a totalidade do seu mercado, fazendo com que exista uma tendência à sobrecontratação. Em contrapartida, o modelo institui o repasse de parte da energia contratada acima da necessidade real das concessionárias de distribuição, no entanto, esse repasse está limitado ao montante correspondente a 5% do mercado consumidor do agente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com as regras do setor, os contratos de energia, por exemplo, em ambiente regulado, são feitos com anos de antecedência. No caso de contratos celebrados há cinco anos (A-5), a previsão era de um cenário econômico crescente. Apenas em 2015, o PIB registrou queda de 3,8%, refletindo a forte retração do consumo no país. O período econômico desfavorável é uma das principais variáveis para o problema conjuntural de sobrecontratação vivido pelas distribuidoras de energia no país. Outro fator é a crescente migração dos clientes do mercado cativo para o ambiente de livre comercialização, motivados por baixos preços praticados no mercado livre de compra de energia, comparativamente às tarifas praticadas no mercado regulado.

O tema tem sido tratado pelas distribuidoras por meio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) no Ministério de Minas e Energia – MME e na ANEEL, na busca de soluções para mitigar os impactos no segmento de distribuição.

Dentre as principais ações mitigatórias, destacamos:

- A Resolução Normativa ANEEL nº 706/2016 estabelece os critérios para cálculo dos montantes de exposição e sobrecontratação involuntária em atendimento aos artigos 2º, 3º e 18 do Decreto nº 5.163. A resolução possibilita que o montante de cotas de garantia física da CEB D recebidas a maior que o montante de reposição, entre 2013 e 2016, sejam reconhecidas no IRT 2015/2016 como exposições involuntárias. Estas sobras vêm ocorrendo desde 2013, à exceção de 2014, sendo o montante mais expressivo referente à alocação para o ano de 2016, quando houve uma alocação de Cotas 26% maior que o montante de reposição declarado. O valor repassado pela ANEEL, superior ao declarado, é de 25,129 MWmed.
- A Resolução Normativa ANEEL nº 711/2016 estabelece critérios e condições para celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs. Tal resolução permite realizar tratativas com os geradores, em especial aqueles em atraso, a fim de identificar o interesse em reavaliar o suprimento de seus contratos. Os contratos considerados para negociação bilateral em curso da CEB D tem como maioria dos empreendimentos interessados usinas eólicas e somam 5,8 MWmed.
- A Resolução Normativa ANEEL nº 727/2016 aprimorou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits – MCSD de energia elétrica e de potência de contratos de comercialização de energia elétrica provenientes de novos empreendimentos de geração, previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 693/2015, associando as cessões de montantes de CCEARs entre distribuidoras com a possibilidade de redução de montantes contratados com geradores. A CEB D fez sua declaração de sobras no montante de 203 MWmed, que dependerá de declarações de redução dos contratos por parte dos empreendimentos de geração.

1.4.1.2. CEB GERAÇÃO S.A.

A CEB Geração S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária de serviço público, atuando na geração e comercialização de energia elétrica, detentora das concessões da Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília e da Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá.

1.4.1.3. CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente ou minoritariamente.

A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

Complementarmente, a Empresa detém a participação acionária correspondente a 2,35% do Capital da Corumbá Concessões S.A..

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4.1.4. CEB LAJEADO S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco S.A., são parte do “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos.

1.4.1.5. COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS S.A.

A Companhia Brasiliense de Gás S.A. é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por intermédio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás S.A. com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações.

1.4.2. CONTROLADA EM CONJUNTO

1.4.2.1. ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

1.4.3. COLIGADAS

1.4.3.1. CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

Relata-se a seguir fato julgado relevante relativo à Corumbá Concessões S.A.:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) AÇÃO DE COBRANÇA PROPOSTA PELA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO

A empresa Saneamento de Goiás S.A. – Saneago, ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inundação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006.

A Corumbá Concessões S.A., por sua vez, alegou que tinha conhecimento da interferência das obras que seriam feitas sobre a construção da estação de captação de água já iniciada pela Saneago, e que desde a assinatura do Termo de Compromisso, cumpriu com as obrigações referentes à primeira fase da obra, tendo sido impedida de dar prosseguimento à segunda etapa da construção, por fatos alheios à sua vontade, por parte da resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do Ibama/DF.

Posteriormente, houve a emissão da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da Corumbá Concessões S.A., pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que as resistências criadas constituíram situações não gerenciáveis pela Empresa, que a impediram de cumprir as obrigações, excluindo, portanto, sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação ao pagamento da multa contratual. Entretanto, o juiz entendeu ser necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar a quantia devida, o que requer o auxílio de um perito para estimar o valor da obra inundada.

Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de liquidação provisória de sentença, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela Empresa. A perícia de liquidação ainda não foi iniciada, e o valor original da causa foi atualizado para R\$ 41.969. A Administração da coligada considerou como provável a probabilidade de perda da ação, sendo esta reconhecida nas demonstrações intermediárias da Corumbá Concessões S.A., de 31 de março de 2016.

1.4.3.2. INVESTCO S.A. (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)

A Investco S.A. é uma empresa de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias; 20,0% de ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20% de ações preferenciais classe B. (Vide nota 1.4.1.4)

1.4.4. LIGADA

1.4.4.1. BSB ENERGÉTICA S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

1.5. CONCESSÕES

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

Concessionárias	Localização	Data do Ato	Vigência	Contrato de Concessão	
				Nº	Prorrogação
Distribuição					
CEB Distribuição S.A. (1.5.1)	Brasília – DF			66/1999 - ANEEL	4º Termo Aditivo

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Distribuição de Energia Elétrica	Brasília – DF	09/12/2015	07/07/2045	66/1999 - ANEEL	
Geração					
CEB Participações S.A.	Brasília – DF			06/1997 - ANEEL	
UHE Queimado	Cabeceira Grande – MG	26/01/2000	18/12/2032	06/1997 - ANEEL	
CEB Geração S.A.	Brasília – DF			65/1999 - ANEEL	
UHE Paranoá (1.5.2 - i)	Brasília – DF	14/09/2005	29/04/2020	65/1999 - ANEEL	Antecipação de não prorrogação
UTE Brasília (1.5.2 - ii)	Brasília – DF	14/09/2005	07/07/2015	65/1999 - ANEEL	Extinta
Energética Corumbá III S.A.	Brasília – DF			126/2001 - ANEEL	
UHE Corumbá III	Luziânia – GO	07/11/2001	07/11/2036	126/2001 - ANEEL	
CEB Lajeado S.A.	Brasília – DF			05/1997 - ANEEL	
UHE Luis Eduardo Magalhães	Miracema – TO	31/12/1999	15/12/2032	05/1997 - ANEEL	
Outras					
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Brasília – DF	23/03/2001	09/01/2030	S/N	

1.5.1. INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 9 de dezembro de 2015, a CEB D e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

Por esse instrumento, as datas de reposicionamento tarifário ordinário da CEB D serão alteradas de 26 de agosto para 22 de outubro, em função do Reajuste Tarifário Anual ou a cada 5 anos, pela Revisão Tarifária Ordinária, sendo que a primeira ocorrerá em 22 de outubro de 2016.

Em essência, além dos aspectos formais, o contrato de concessão estabelece critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais o concessionário será avaliado, que atuam como condicionantes para manutenção da titularidade da concessão.

1.5.2. INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

(i) UTE BRASÍLIA

A Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília teve sua outorga prorrogada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME nº 255 de 12 de julho de 1999, com termo final da concessão em 7 de julho 2015.

Em 29 de junho de 2012, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica, conforme Subcláusula Primeira e Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão nº 65/1999-ANEEL. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL, no dia 28 de agosto de 2012, negou o pedido de prorrogação, alegando não haver nos termos da legislação vigente, possibilidade de uma segunda prorrogação.

Em 19 de novembro de 2014, mediante o Despacho nº 4.511, a Diretoria da ANEEL autorizou o início do processo de caducidade da concessão da UTE Brasília, dado que a premissa básica para a condição de operação comercial encontrava-se há tempos comprometida, estando a operação comercial suspensa desde dezembro de 2012.

Em 3 de fevereiro de 2015, a CEB Geração S.A. recebeu o Termo de Intimação – TI nº 1001/2015-SFG/ANEEL, acerca da abertura da penalidade de caducidade da concessão para exploração da UTE Brasília, conforme Deliberação da Diretoria da ANEEL, conforme Despacho nº 4.511/2014.

Em 27 de fevereiro de 2015, no prazo regulamentar, a CEB Geração S.A. se manifestou sobre o objeto do TI nº 1001/2015 e, pelas motivações apresentadas, solicitou à ANEEL que fosse afastada a intenção de aplicação de penalidade, de modo que a concessão não fosse extinta por caducidade, mas por advento do término contratual.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por meio do Despacho nº 1.176, de 22 de abril de 2015, a ANEEL decidiu encaminhar os autos do Processo nº 48500.003992/2008-88 ao Ministério de Minas e Energia – MME, com a recomendação de declarar a caducidade da concessão da UTE Brasília.

Dessa forma, a CEB Geração S.A. iniciou as medidas cabíveis relativas aos ativos remanescentes da concessão que, potencialmente, poderão gerar receitas não operacionais, quando das destinações das instalações e equipamentos da usina, assim como dos imóveis.

(ii) UHE PARANOÁ

A Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969, e prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com encerramento da concessão em 29 de outubro de 2019.

Em 24 de outubro de 2014, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Hidroelétrica do Paranoá, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e Despacho ANEEL nº 3.065/2012.

Em função da Nota Técnica nº 562/2014 – ANEEL, a CEB Geração S.A. manifestou-se contrária à prorrogação da concessão de geração de energia elétrica da UHE Paranoá, apesar de requerida em 24 de outubro de 2014, por considerar empresarialmente inviável a condição apresentada pela ANEEL. A Diretoria da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 22 de maio de 2015, acatou o encaminhamento da não antecipação da prorrogação do prazo da concessão da UHE Paranoá e o Conselho de Administração referendou essa decisão. Em seguida, a 88ª Assembleia Geral de Acionistas ratificou as decisões daqueles colegiados.

Finalmente, a ANEEL, através do Despacho nº 2.251/2015, determinou que a Superintendência de Concessão e Autorização de Geração – SCG tomasse as providências cabíveis junto ao Ministério de Minas e Energia para a inclusão da referida usina no rol das geradoras a serem oportunamente licitadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de contabilidade – IFRS. Também estão alinhadas com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, arquivadas em 30 de março de 2016, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 10 de agosto de 2016.

2.1.1 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia. No período findo em 30 de junho de 2016 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.2 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

No trimestre findo em 30 de junho de 2016, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações além daquelas divulgadas na Nota 2.27 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações contábeis intermediárias.

3. REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

3.1 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS (CVA)

Por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, a ANEEL homologou os valores dos componentes tarifários financeiros do IRT 2015 contabilizados pela CEB Distribuição S.A. para serem amortizados à medida da realização do faturamento mensal.

Em abril de 2016, na apuração da amortização da CVA, verificou-se a ocorrência de valores subestimados em relação ao total dos componentes financeiros no período pós IRT de 2015, no valor de R\$ 31.660.

Assim, a CEB D realizou o registro desta transação de forma retrospectiva, conforme preceitua o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O efeito deste reconhecimento no patrimônio líquido da Distribuidora foi de R\$ 16.204, decorrente do registro no passivo regulatório, líquido dos tributos.

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes Equivalência Patrimonial Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	Reapresentação 31/12/2015	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	Reapresentação 31/12/2015
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.083		10.083	78.043		78.043
Contas a Receber	10.008		10.008	548.842		548.842
Depósitos e Bloqueios Judiciais				-		-
Estoques	468		468	7.178		7.178
Tributos e Contribuições Compensáveis	2.428		2.428	23.015		23.015
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros				554.918	31.243	586.161
Demais Créditos	9.172		9.172	68.256		68.256
Ativos não Circulante Mantido para Venda				275.969		275.969
Total do Circulante	32.159		32.159	1.556.221	31.243	1.587.464
Não Circulante						
Aplicações Financeiras				6.434		6.434
Contas a Receber				19.636		19.636
Empréstimos e Financiamentos						
Depósitos e Bloqueios Judiciais	824		824	3.095		3.095

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015
		Equivalência Patrimonial Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.028		8.028	22.011		22.011
Ativo Financeiro Indenizável				27.651		27.651
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros				127.710		127.710
Demais Créditos	285		285	22.932		22.932
	9.137		9.137	229.469		229.469
Investimentos	658.143	(16.204)	641.939	353.750		353.750
Imobilizado	15.491		15.491	109.153		109.153
Intangível	62		62	1.096.135		1.096.135
Total do Não Circulante	682.833	(16.204)	666.629	1.788.507		1.788.507
Total do Ativo	714.992	(16.204)	698.788	3.344.728	31.243	3.375.971

Passivo	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015
		Equivalência Patrimonial Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	
Circulante						
Fornecedores	2.213		2.213	322.035		322.035
Obrigações Tributárias	1.250		1.250	264.796		264.796
Contribuição de Iluminação Pública				135.107		135.107
Encargos Regulatórios				118.605		118.605
Debêntures				16.568		16.568
Empréstimos e Financiamentos				55.325		55.325
Obrigações Societárias	18.692		18.692	30.871		30.871
Obrigações Sociais e Trabalhistas	153		153	40.518	(1.788)	38.730
Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros				279.627	62.903	342.530
Benefícios Pós Emprego				69.465		69.465
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios				9.168		9.168
Demais Obrigações	423		423	33.421		33.421
Total do Circulante	22.731		22.731	1.375.506	61.115	1.436.621
Não Circulante						
Fornecedores				25.960		25.960
Obrigações Tributárias	97.269		97.269	273.494	(13.668)	259.826
Contribuição de Iluminação Pública				110.088		110.088
Debêntures				112.571		112.571
Empréstimos e Financiamentos				223.619		223.619
Benefícios Pós Emprego				21.626		21.626
Encargos Regulatórios				182.269		182.269
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	8.356		8.356	69.399		69.399
Obrigações Vinculadas a Concessão				117.546		117.546
Demais Obrigações				11.829		11.829
Total do Não Circulante	105.625		105.625	1.148.401	(13.668)	1.134.733
Patrimônio Líquido						
Capital Social	566.025		566.025	566.025		566.025

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015
		Equivalência Patrimonial Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.815		206.815	206.815		206.815
Prejuízos Acumulados	(186.204)	(16.204)	(202.408)	(186.204)	(16.204)	(202.408)
Atribuível as acionista controlador	586.636	(16.204)	570.432	586.636	(16.204)	570.432
Atribuível aos acionistas não controladores				234.185		234.185
Total do Patrimônio Líquido	586.636	(16.204)	570.432	820.821	(16.204)	804.617
Total do Passivo	714.992	(16.204)	698.788	3.344.728	31.243	3.375.971

3.2 CORREÇÃO DE REPROCESSAMENTO

3.2.1 REPROCESSAMENTO ENERGIA DE CURTO PRAZO – CCEE

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada CEB Distribuição S.A. constituiu provisão no valor de R\$ 117.386 (R\$ 88.000 em 2013 e R\$ 29.386 em 2014), devido à ausência de leitura dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteiras. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE comunicou à Empresa que estaria reprocessando os valores ausentes de leituras nos próximos documentos de cobrança e a controlada deveria reconhecer a baixa destes valores no passivo. O problema ocorreu nos meses de outubro e novembro, quando o reconhecimento destas baixas foi registrado no resultado do exercício, gerando uma despesa em duplicidade de R\$ 27.069.

No terceiro trimestre de 2015, a Companhia realizou a regularização de reconhecimento indevido ocorrido no quarto trimestre de 2014, e como consequência, efetivou-se a reapresentação das demonstrações financeiras de 2014, conforme nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2015. Para manter a comparabilidade entre as demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2016 e as demonstrações financeiras do mesmo período do ano anterior, a Companhia está reapresentando as demonstrações, conforme demonstrado a seguir:

Resultado	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 30/06/2015	Correção de Classificação	Reapresentação 30/06/2015	Divulgado em 30/06/2015	Correção de Classificação	Reapresentação 30/06/2015
		Equivalência Patrimonial Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE			Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16.458		16.458	1.166.921		1.166.921
Custo com Energia Elétrica				(800.913)	(27.069)	(827.982)
Custo de Operação				(153.261)		-153.261
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(12.923)		(12.923)	(10.891)		-10.891
Lucro Bruto	3.535		3.535	201.856	(27.069)	174.787
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(44.118)	(27.069)	(71.187)	(144.050)		(144.050)
Despesas com Vendas	(4.681)		(4.681)	(63.485)		(63.485)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.985)		(4.985)	(76.820)		(76.820)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(34.494)	(27.069)	(61.563)	(395)		(395)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	42		42	(3.350)		(3.350)
Outras Receitas Operacionais	50		50	28.461		28.461
Outras Despesas Operacionais	(8)		(8)	(31.811)		(31.811)
Lucro / (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(40.583)	(27.069)	(67.652)	57.806	(27.069)	30.737
Receitas (Despesas) Financeiras	901		901	(48.579)		(48.579)
Receitas Financeiras	933		933	34.492		34.492
Despesas Financeiras	(32)		(32)	(83.071)		(83.071)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 30/06/2015	Correção de Classificação	Reapresentação 30/06/2015	Divulgado em 30/06/2015	Correção de Classificação	Reapresentação 30/06/2015
		Equivalência Patrimonial Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE			Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE	
Variação Cambial						
Lucro/ (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(39.682)	(27.069)	(66.751)	9.227	(27.069)	(17.842)
Imposto de Renda e Contribuição Social	331		331	(45.740)		(45.740)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	331		331	(3.928)		(3.928)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido				(41.812)		(41.812)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(39.351)	(27.069)	(66.420)	(36.513)	(27.069)	(63.582)
Atribuído aos Acionistas Controladores				(39.351)		(66.420)
Atribuído aos Acionistas não Controladores				2.838		2.838

Demonstrações do Valor Adicionado	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 30/06/2015	Correção de Classificação	Reapresentação 30/06/2015	Divulgado em 30/06/2015	Correção de Classificação	Reapresentação 30/06/2015
		Equivalência Patrimonial Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE			Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE	
Receitas	13.943		13.943	1.868.414		1.868.414
Venda de Energia e Serviços Prestados	18.624		18.624	1.845.860		1.845.860
Receita de Construção de Ativos Próprios				43.490		43.490
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.681)		(4.681)	(28.661)		(28.661)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado				(99)		(99)
Outras Receitas				7.824		7.824
Insumos Adquiridos de Terceiros	(13.006)		(13.006)	(1.037.297)	(27.069)	(1.064.366)
Custos com Serviço de Energia Elétrica				(890.276)	(27.069)	(917.345)
Custos de Construção				(43.490)		(43.490)
Serviços de Terceiros	(12.966)		(12.966)	(72.490)		(72.490)
Material	(126)		(126)	(2.405)		(2.405)
Provisões/Reversões	41		41	(4.570)		(4.570)
Outros	45		45	(24.066)		(24.066)
Valor Adicionado Bruto	937		937	831.117	(27.069)	804.048
Retenções	(111)		(111)	(26.078)		(26.078)
Depreciação e Amortização	(111)		(111)	(26.078)		(26.078)
Valor Adicionado Líquido Produzido	826		826	805.039	(27.069)	777.970
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(33.561)	(27.069)	(60.630)	34.097	-	34.097
Receitas Financeiras	933		933	34.492		34.492
Resultado de Equivalência Patrimonial	(34.494)	(27.069)	(61.563)	(395)		(395)
Dividendos Recebidos						
Valor Adicionado Total a Distribuir	(32.735)	(27.069)	(59.804)	839.136	(27.069)	812.067
Distribuição do Valor Adicionado	(32.735)		(59.804)	839.136		812.067
Empregados	5.369		5.369	88.211		88.211
Remuneração Direta	5.333		5.333	57.179		57.179
FGTS	25		25	6.353		6.353
Benefícios	11		11	24.679		24.679
Impostos, Taxas e Contribuições	1.097		1.097	683.261		683.261
Federal	706		706	403.819		403.819
Estadual e Municipal	391		391	279.442		279.442
Remuneração de Capitais de Terceiros	150		150	104.177		104.177
Aluguéis	118		118	21.107		21.107
Despesas Financeiras	32		32	83.070		83.070
Remuneração de Capitais Próprios	(39.351)	(27.069)	(66.420)	(36.513)	(27.069)	(63.582)
Participação dos Acionistas Não Controladores				2.838		2.838
Lucros Líquidos/(Prejuízos) Retidos	(39.351)	(27.069)	(66.420)	(39.351)	(27.069)	(66.420)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros do Grupo estão restritos a caixa e equivalentes de caixa; títulos de crédito a receber; contas a receber; valores a receber da Parcela “A” e outros itens financeiros; ativo financeiro da concessão; debêntures; empréstimos e financiamentos; obrigações societárias; benefícios pós-emprego; e encargos regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o regime de competência.

4.1.1 ATIVOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por intermédio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

4.1.1.1 ATIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial; Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e com a estratégia de investimentos do Grupo; Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo. Mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5).

4.1.1.2 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento que se encontravam classificados neste grupo até 30 de junho de 2016 eram compostos de aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 13) e títulos de créditos a receber (Nota Explicativa nº 6).

4.1.1.3 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa e bancos (Nota Explicativa nº 5); contas a receber (Nota Explicativa nº 6); e valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 8).

4.1.1.4 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

registrados, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota Explicativa nº 12).

4.1.2 PASSIVOS FINANCEIROS

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures (Nota Explicativa nº 22); empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 23); fornecedores (Nota Explicativa nº 18); encargos regulatórios (Nota Explicativa nº 21); obrigações vinculadas à concessão (Nota Explicativa nº 29); e obrigações societárias.

4.1.3 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas, transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa em uma transação, na qual, todos os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando a Companhia ou suas controladas e coligadas têm o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

4.2.1 HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

O CPC 40/IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*non-performance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *input* significativo para sua mensuração. O CPC 40/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo, conforme demonstrado a seguir:

Nível 1 – Os *inputs* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas;

Nível 2 – Os *inputs* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *inputs* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *inputs* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo; e

Nível 3 – Os *inputs* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *inputs* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	8.655	8.655	81.350	81.350
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	874	874	17.666	17.666
Contas a Receber	Custo Amortizado		11.608	11.608	542.781	542.781
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				491.222	491.222
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.569	7.569
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.135	1.135
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			33.261	33.261
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		5.650	5.650	286.561	286.561
Debêntures	Custo Amortizado				194.122	194.122
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				245.498	245.498
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	37.292	37.292

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				258.066	258.066
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				341.030	341.030
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				127.155	127.155

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	10.080	10.080	43.606	43.606
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	34.437	34.437
Contas a Receber	Custo Amortizado		10.008	10.008	568.477	568.477
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				554.918	554.918
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				6.434	6.434
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.137	1.137
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			27.651	27.651
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.213	2.213	347.995	347.995
Debêntures	Custo Amortizado				129.139	129.139
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				278.944	278.944
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.871	30.871
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				279.627	279.627
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				300.874	300.874
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				117.546	117.546

4.3 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

4.3.1 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela “A” das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de junho de 2016 as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 144.900 (R\$ 159.622 em 31/12/2015). Desse montante, 59,4% (52,8% em 31/12/2015) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos (Nota Explicativa nº 6).

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negatивação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

4.3.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por intermédio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

4.3.3 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nºs 6, 22 e 23, respectivamente.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 11,45% e 5,72%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do Banco Central do Brasil, de 1º de julho de 2016 (média – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 7,5% a.a. para o segundo trimestre de 2016, conforme a Resolução nº 4.498 do BACEN, de 30 de junho de 2015. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções para a data de 30 de junho de 2017. Também se espera que a taxa de 4,094% da UMBNDES se mantenha estável. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela abaixo mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 30/06/2016	Risco	Efeito	Cenários Projetados – 12 meses		
			Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
309.333	Baixa do CDI		11,45%	14,31%	17,18%
		Balanço	344.752	353.599	362.476
		Resultado	35.419	44.266	53.143
71.754	Alta do TJLP		7,50%	9,38%	11,25%
		Balanço	77.136	78.481	79.826
		Resultado	5.382	6.727	8.072
3.091	Baixa do IGPM		5,72%	7,15%	8,58%
		Balanço	3.268	3.312	3.356
		Resultado	177	221	265
15.297	Alta do UMBNDES		4,09%	5,12%	6,14%
		Balanço	15.923	16.080	16.236
		Resultado	626	783	939
Total Balanço			441.079	451.472	461.894
Total Resultado			41.604	51.997	62.419

4.3.4 RISCO CAMBIAL

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 19% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda de Itaipu Binacional ter cotação em dólares.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela A, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da CEB D, situa-se entre os meses de outubro e setembro. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado por força das normas do Órgão Regulador, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (*hedge*) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 30 de junho de 2016, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de junho de 2017 será de R\$ 3,52 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de junho de 2017, com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus, de 1º de julho de 2016 (média – Top 5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade, no impacto no resultado para os próximos 12 meses foi considerado o saldo da dívida em 30 de junho de 2016. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada a análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio, conforme mostrado a seguir:

Exposição em 30/06/2016	Risco	Efeito	Cenários Projetados – 12 meses		
			Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
3,24	Alta do Dólar		3,52	4,4	5,28
82.114		Balanço	89.114	111.393	133.671
		Resultado	7.000	29.279	51.557

É importante salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas, não apresentam riscos nas taxas de juros por

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

4.3.5 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

- Quanto à CEB D, a diretriz da Administração é oferecer um serviço de qualidade à população do Distrito Federal e garantir rentabilidade compatível com o mercado a seus acionistas.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: endividamento oneroso e custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes.

Para combater a grave crise financeira da Distribuidora, a Administração, em janeiro de 2015, concebeu um plano de trabalho que envolve três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira foi concluída. As segunda e terceira fases tiveram seu início com a publicação de Fato Relevante, em 28 de setembro de 2015, do Plano de Transformação, que abarca o conjunto de ações que visa melhorar a eficiência operacional e financeira da Companhia. Tal iniciativa tem o intuito de reverter o histórico recente de resultados negativos e chamadas de aporte de capital por parte dos acionistas. A segunda fase, reorganização societária do Grupo CEB, consiste, principalmente, nas alienações de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás natural (vide nota 1.3.1). Neste sentido, foi aprovada pelo Poder Público do Distrito Federal a Lei nº 5.577, de 21 de dezembro de 2015. Conforme previsto pela referida Lei, os recursos oriundos da venda dos ativos serão destinados a investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de dívidas da Distribuidora. A terceira fase, constitui-se, essencialmente, de reduções estruturais de custos e despesas operacionais.

- Com relação aos encargos exigidos das geradoras do Grupo, decorrentes da crise hídrica, a Administração decidiu pela mitigação dos riscos oriundos do déficit hídrico, ao aderir à Repactuação do Risco Hidrológico, nos termos propostos pela Lei nº 13.203/2015. (vide nota 1.3.2)

A repactuação para os geradores hidrelétricos está baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco, atrelada à condição de desistência, por parte das geradoras, das ações judiciais usadas por estas para se protegerem dos impactos financeiros ocasionados pela exposição ao risco hidrológico.

Grandes empreendedores do país aceitaram as condições propostas pela Lei, principalmente aqueles com contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. No contexto do Grupo, as decisões quanto as adesões às repactuações dos riscos ocorreram de forma individualizada por cada empresa, de acordo com a estratégia comercial e especificidades de cada uma delas. A CEB Lajeado S.A. assumiu uma margem de risco de 8%, repassando aos consumidores quaisquer déficits de energia em valores superiores a este, por todo o período de vigência do seu contrato de venda de energia firmado com a CEB Distribuição S.A.. A CEB Participações S.A. optou pela margem de 9%, enquanto a CEB Geração S.A. transferiu todo o risco ao consumidor (repactuação com margem zero).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	30/06/2016	31/12/2015
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 22 e 23)	440.206	408.083
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(99.016)	(78.043)
Dívida líquida	341.190	330.040
Total do Patrimônio Líquido	595.170	570.432
Total do Capital	936.360	900.472
Índice de Alavancagem Financeira – %	36,44	36,65

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos Conta Movimento	874	3	17.666	34.437
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	8.655	10.080	81.350	43.606
Total	9.529	10.083	99.016	78.043

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes (remuneração de 95% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI).

6. CONTAS A RECEBER

6.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			624.259	639.994
Títulos de Créditos a Receber			34.222	29.727
Serviços Prestados a Terceiros	59.075	52.469	65.716	58.379
Total a Receber Bruto	59.075	52.469	724.197	728.100
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.467)	(42.461)	(144.781)	(159.622)
Total a Receber Líquido	11.608	10.008	579.416	568.478
Circulante	11.608	10.008	526.473	548.842
Não Circulante			52.943	19.636

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/06/2016	Total 31/12/2015
Classes de Consumidor					
Residencial	66.661	67.331	32.833	166.825	168.768
Poder Público	18.533	14.745	78.425	111.703	103.886
Comércio, Serviços e Outros	53.127	28.433	25.075	106.635	116.168
Iluminação Pública	11.040	11.781	25.149	47.970	51.382
Serviço Público	13.399	-	8.366	21.765	22.553
Industrial	4.303	2.211	3.017	9.531	9.168
Rural	3.501	2.950	2.013	8.464	8.294
Subtotal Consumidores	170.564	127.451	174.878	472.893	480.219
Fornecimento Não Faturado				132.278	159.511
Serviços Prestados a Terceiros Não Faturado (Serviços de IP)	3.500			3.500	215
Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE				39.009	13.255
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)	4.187		51.390	55.577	52.254
Concessionárias e Permissionárias	9.124		34	9.158	14.011
Parcelamentos a Faturar CP e LP				19.147	11.588
Serviço Taxado	378	333	416	1.127	1.114
Outros	741			741	1.517
Arrecadação a Classificar				(9.733)	(5.584)
Total	188.494	127.784	226.718	723.697	728.100
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa				(144.281)	(159.622)
Contas a Receber Líquido	188.494	127.784	226.718	579.416	568.478

6.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base em julgamento adequado perante a análise individual do saldo de cada cliente, bem como com os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos.

A base de constituição da estimativa engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Poder Público – Vencidos há mais de 360 dias	47.467	42.461	70.407	99.949
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 360 dias			24.640	24.259
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			23.509	16.653
Comercial – Vencidos há mais de 180 dias			16.773	14.281
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			8.243	3.311
Industrial – Vencidos há mais de 360 dias			958	904
Rural – Vencidos há mais de 360 dias			251	265
Total	47.467	42.461	144.781	159.622

Destaque-se que decréscimo de R\$ 159.622 para R\$ 144.781 estimativa consolidada no período de 31 de dezembro de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2015 a 30 de junho de 2016 deve-se, principalmente, à reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa da classe Poder Público (débitos vencidos há mais de 360 dias), no valor de R\$ 29.919. Tal reversão está consubstanciada no compromisso assumido pelo Secretário de Fazenda, por meio de documento específico (Ata de Reunião), realizada em 30 de junho de 2016.

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas da execução de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata aquele diploma legal. Até 30 de junho de 2016 não houve alteração da situação relatada.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em dezembro de 2014	20.286	96.232
Adições	25.397	166.976
Baixa Para Perda – Lei nº 9.430/96		(16.023)
Reversões	(3.222)	(87.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	42.461	159.622
Adições	5.006	37.520
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		(23.543)
Reversões		(29.318)
Transferência (Reclassificação)		500
Saldo em 30 de junho de 2016	47.467	144.781

6.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (CONSOLIDADO)

Em 30 de junho de 2016, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 96.258, dos quais, R\$ 48.791 no âmbito da CEB D, referentes a consumo de energia, e R\$ 47.467, relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 116.039, em 30 de junho de 2016 (R\$ 84.281 em 2015), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Saldos Vincendos	4.102	215	36.278	36.384
Vencidos até 90 dias	3.584	484	23.634	25.189
Vencidos de 91 a 360 dias	3.922	8.228	26.809	21.627
Vencidos há mais de 360 dias	47.467	43.542	125.576	113.817
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.467)	(42.461)	(96.258)	(112.736)
Total	11.608	10.008	116.039	84.281

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	6.465	7.113	15.295	14.066

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	1.025	934	7.398	5.863
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF		1.063	121	1.329
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (b)			12.432	13.422
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS			6.461	5.162
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	359	410	2.533	3.003
Programa de Integração Social – PIS	387	387	1.646	1.507
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF	544	544	544	544
Outros		5		130
Total	8.780	10.456	46.430	45.026
Circulante	1.451	2.428	29.810	23.015
Não Circulante	7.329	8.028	16.620	22.011

- a) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período, aos saldos negativos de exercícios anteriores, e às retenções na fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual.
- b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de serem compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

7.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

A Companhia e sua controlada CEB D não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, até que os planos de recuperação econômico-financeiros resultem na apuração de lucro tributável sustentável.

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Diferenças Temporárias				
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	16.139	14.413	48.541	53.437
Provisão de Receita Ativo Financeiro - VNR			(20.202)	
Provisão Para Riscos Regulatórios			17.034	18.004
Provisão de Energia Comprada			6.143	12.918
Provisão Para Riscos Trabalhistas			1.646	3.029
Provisão Para Riscos Tributários	3.668	2.781	3.668	2.781
Provisão Para Riscos Cíveis			245	2.679
Provisão Para Participação nos Lucros e Resultados				2.907
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			972	
Outras Provisões			6.213	3.841
Subtotal	19.807	17.194	64.260	99.596
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	30.486	30.665	162.370	128.059
Total	50.293	47.859	226.630	227.655

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE VALORES DE ITENS DA PARCELA “A” E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Amortização	Atualização SELIC	Saldo em 30/06/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	548.516	(35.193)	(215.178)	2.566	300.711	132.290	168.421	300.711	
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	292.419	6.367	(131.398)	3.080	170.468	84.080	86.388	170.468	
Proinfa	1.459	7.114	(55)	964	9.482	24	9.458	9.482	
Transporte Rede Básica	7.865	1.768	(5.200)	611	5.044	2.993	2.051	5.044	
Transporte de Energia – Itaipu	1.429	311	(590)	85	1.235	340	895	1.235	
Encargos de Serviços de Sistema – ESS	26.883	(22.271)		(4.612)					
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	218.461	(28.482)	(77.935)	2.438	114.482	44.853	69.629	114.482	
Demais Ativos Financeiros Setoriais	165.355	41.998	(20.499)	3.656	190.510	10.522	179.988	56.456	134.054
Neutralidade da Parcela A	1.576		(1.043)	67	600	600		600	
Sobrecontratação de Energia		16.958		604	17.562		17.562	17.562	
Diferimento de Reposição na RTP	151.352		(12.343)	2.140	141.149	7.095	134.054	7.095	134.054
Outros	12.427	25.040	(7.113)	845	31.199	2.827	28.372	31.199	
Total Ativos Financeiros Setoriais	713.871	6.805	(235.677)	6.222	491.221	142.812	348.409	357.167	134.054
CVA Passiva	(39.813)	(9.558)	26.717	(1.835)	(24.489)	(15.254)	(9.235)	(24.489)	
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	(4.135)		2.641	(90)	(1.584)	(1.584)		(1.584)	
Proinfa	(712)		474	(35)	(273)	(273)		(273)	
Encargos de Serviços de Sistema – ESS	(34.966)	(9.558)	23.602	(1.710)	(22.632)	(13.397)	(9.235)	(22.632)	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(302.717)	(48.975)	122.965	(4.790)	(233.517)	(55.018)	(178.499)	(233.517)	
Sobrecontratação de Energia	(147.669)		72.168	(3.028)	(78.529)	(39.016)	(39.513)	(78.529)	
Exposição Submercados		(19.822)		(561)	(20.383)	(561)	(19.822)	(20.383)	
CVA Competência		(29.153)			(29.153)		(29.153)	(29.153)	
Outros	(155.048)		50.797	(1.201)	(105.452)	(15.441)	(90.011)	(105.452)	
Total Passivos Financeiros Setoriais	(342.530)	(58.533)	149.682	(6.625)	(258.006)	(70.272)	(187.734)	(258.006)	
Total Ativos/Passivos Financeiros Setoriais	371.341	(51.728)	(85.995)	(403)	233.215	72.540	160.675	99.161	134.054

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (MÚTUO)

Em janeiro de 2016, por intermédio da 541ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CEB, foi aprovado o Contrato de Cessão Creditória de Direito de Mútuo entre a CEB Participações S.A. e a Companhia Energética de Brasília – CEB. Desta forma, a CEB Participações S.A. cedeu à CEB todos os direitos e obrigações constantes do Contrato nº 01/2015-CEBPar, celebrado entre a CEB Participações S.A. e a CEB Distribuição S.A., no valor de R\$ 10.000. Esta operação resultou na redução do capital social da CEB Participações S.A. no valor de R\$ 10.000 para liquidação da obrigação para com a CEB. O referido mútuo será transformado em AFAC, oportunamente.

A movimentação do mútuo é demonstrado no quadro seguinte:

Mútuo	10.000
Encargos Incorridos	632
Encargos Pagos	(632)
Amortização do Principal	(2.861)
Saldo em 30 de junho de 2016	7.139

10. DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Serviços em Curso (a)			26.909	26.530
Repactuação do Risco Hidrológico			20.436	21.116
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (b)			28.731	9.680
Desativações em Curso (c)			9.047	9.001
Previdência Privada dos Empregados			3.713	7.442
Dividendo/JSCP a Receber	13.271	9.090	22	6.612
Despesas Pagas Antecipadamente			5.719	4.775

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Crédito com Empregados	33	9	6.910	513
Outros Créditos	353	358	6.450	4.382
Total	13.657	9.457	107.937	91.188
Circulante	13.473	9.172	88.229	68.256
Não Circulante	184	285	19.708	22.932

a) SERVIÇOS EM CURSO

Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seus termos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

b) APORTES DA CDE – DECRETO 7.945/2013

Refere-se à Diferença Mensal de Receita – DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

c) DESATIVAÇÕES EM CURSO

Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente registrado em serviço na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo Órgão Regulador.

11. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB D, em atendimento ao Convênio de Cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil; as cauções referentes a leilões de energia; e os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Bloqueios Judiciais	151	151	5.774	2.349
Cauções			3.210	1.573
Depósitos Recursais	673	673	1.530	6.151
(-) Provisão Para Perdas de Depósitos Recursais			(5.776)	(6.978)
Total	824	824	4.738	3.095
Circulante	673		3.216	
Não Circulante	151	824	1.522	3.095

12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Em 30 de junho de 2016, não havia saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) em 30 de junho de 2016 está indicada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	841.273
Adições	55.160
Baixas	(874.590)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição	5.808
Saldos em 31 de dezembro de 2015	27.651
Adições	144
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição	5.466
Saldos em 30 de junho de 2016	33.261

13. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Principal – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	6.000	6.000
Rentabilidade – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	414	414
Principal – Banco Panamericano – CDB 006026GS	20	20
Títulos Mobiliários	1.135	1.136
Total	7.569	7.570
Não Circulante	7.569	7.570

a) BANCO CREDIT SUISSE

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado entre a CEB D e o *Credit Suisse*, ficou estabelecido que fosse constituída reserva para garantir o pagamento da Remuneração de Descontinuidade por meio de certificados de depósito bancário, no montante de emissão equivalente a R\$ 6.000. Este valor está mantido em aplicação financeira com renda fixa – CDB, no *Credit Suisse*, cuja rentabilidade está afixada em 100% do CDI.

14. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Licitações	Área	30/06/2016
				Valor Contábil
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF	18/08/2015 e 14/10/2015	284.160 m²	274.400
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial – Taguatinga	17/08/2015 e 14/10/2015	10.500 m²	896
Edificação	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 Setor Industrial – Taguatinga		1.040 m²	673
Terreno	SHD Lote B – Planaltina		260 m²	238
Terreno	Área Especial Lote H Setor Norte – Brazlândia		1.750 m²	928
Terreno	Área Especial Lote G Setor Norte – Brazlândia		1.750 m²	928
Total				278.063

Para o terrenos e edificações localizados no Setor Noroeste e em Taguatinga, a Controlada CEB D iniciou tentativa de alienação a partir do dia 17 de agosto de 2015, no entanto, não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 29 de julho de 2016 foi realizado novo processo licitatório pela modalidade Concorrência sob o nº 593/2016, em que também não foi logrado êxito na alienação. Foram objetos do certame os terrenos de Brazlândia e Planaltina, ambos pertencentes à Controladora.

15. INVESTIMENTOS

15.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Avaliados por Equivalência Patrimonial (*)	656.697	636.946	357.708	348.612
Propriedade Para Investimento			145	145
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	4.630	4.630	4.630	4.630
Outros	365	363	365	363
Total	661.692	641.939	362.848	353.750

(*) Inclui o valor dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, reconhecidos no patrimônio líquido das controladas CEB Distribuição S.A e Companhia Brasiliense de Gás no montante de R\$ 61.850 e R\$ 12, respectivamente.

15.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						30/06/2016	31/12/2015
CEB Distribuição S.A.	580.532	351.959	100	100	350.532.450	368.163	331.889
CEB Lajeado S.A.	145.656	324.107	59,93	59,93	82.013.911	102.892	118.354
Corumbá Concessões S.A.	235.259	155.416	45,2	9,3	256.009.911	70.266	70.697
Energética Corumbá III S.A.	119.373	161.489	37,5	25	45.594.783	60.559	58.429
CEB Participações S.A.	41.271	39.439	100	100	41.270.415	39.439	43.813
CEB Geração S.A.	7.575	15.231	100	100	7.575.212	15.231	13.604
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	4.921	868	17	51	30.600	147	160
Total		1.064.713				656.697	636.946

O percentual de participação da Companhia na CEB Lajeado S.A. (59,93%) é aplicado sobre o Patrimônio Líquido da Controlada deduzido das partes beneficiárias emitidas a favor da Eletrobrás S.A., no valor de R\$ 151.225, sendo esta integrante do processo de reestruturação societária da Investco S.A.. As referidas partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão.

A composição do investimento da Companhia na controlada CEB Lajeado S.A. e nas demais investidas estão detalhadas nos quadros seguintes:

Composição do Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A	Patrimônio Líquido	Investimento Registrado	Não Controlador
Capital Social	145.656	87.292	58.364
Reservas de Capital (Partes Beneficiárias)	151.225		151.225
Reserva Legal	16.147	9.404	6.743
Ajuste de Avaliação Patrimonial	71	40	31
Lucros Acumulados	11.008	6.156	4.852
Total	324.107	102.892	221.215

Investidas	Consolidado					
	Capital Social	Patrimônio	Participação	Participação	Número de	Valor Contábil

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Integralizado	Líquido	no Capital Social (%)	nas Ações Ordinárias (%)	Ações Detidas Pela CEB e Controladas	30/06/2016	31/12/2015
Corumbá Concessões S.A.	218.966	151.546	47,55	9,30	269.294.911	73.912	74.366
Investco S.A.	804.459	1.055.331	20,00	20,00	133.563.595	223.237	215.817
Energética Corumbá III S.A.	119.373	158.104	37,50	25,00	45.594.783	60.559	58.429
Total						357.708	348.612

15.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	31/06/2016			31/12/2015		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.632.990	2.618.971	1.037.317	2.735.962	2.387.869	2.379.220
Corumbá Concessões S.A.	726.591	724.635	84.445	732.330	578.868	141.554
CEB Lajeado S.A.	373.261	324.107	57.217	397.619	45.864	112.016
Energética Corumbá III S.A.	232.396	226.555	19.308	230.966	75.317	36.523
CEB Participações S.A.	40.483	34.412	8.259	45.802	1.989	14.717
CEB Geração S.A.	17.467	12.111	8.062	17.311	3.709	14.491
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.214	1.538	2.052	1.217	274	4.375

15.2.2 RESULTADO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	31/12/2015
CEB Distribuição S.A.	14.019	14.019	75.664	75.664
CEB Lajeado S.A.	11.008	6.156	43.888	24.544
Energética Corumbá III S.A.	5.840	2.129	5.773	2.164
CEB Geração S.A.	5.356	5.356	7.458	7.459
Corumbá Concessões S.A.	1.955	884	(38.628)	(17.465)
CEB Participações S.A.	6.139	6.139	779	779
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(324)	(55)	(443)	(76)
Total	43.993	34.628	94.491	93.069

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

15.2.3 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.988	106.309	88.162	56.773	43.321	12.282	236	357.071
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(12.515)		(541)	(444)	(6.137)		(19.637)
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.664	24.544	(17.465)	2.164	779	7.459	(76)	93.069
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligada	36.000							36.000
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	186.441	16			157			186.614
Ganho na Variação de Percentual				33				33
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Divulgado	348.093	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	653.150
Equivalência Patrimonial - Reapresentação de Controlada	(16.204)							(16.204)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	331.889	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	636.946
Equivalência Patrimonial sobre ajustes de Coligadas			(1.315)		(68)			(1.383)
Integralização de Capital							30	30
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(21.617)			(445)	(3.729)		(25.791)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.019	6.156	884	2.129	6.139	5.356	(55)	34.628
Redução de Capital					(10.000)			(10.000)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	25.850						12	25.862
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(3.595)							(3.595)
Saldo em 30 de junho de 2016	368.163	102.893	70.266	60.558	39.439	15.231	147	656.697

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	228.118	92.578	56.773	377.469
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(26.319)		(541)	(26.860)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.992	(18.369)	2.164	(2.213)
Efeitos da Lei 12.973/2014		157		157
Ganho na Variação de Percentual	26		33	59
Saldo em 31 de dezembro de 2015	215.817	74.366	58.429	348.612
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(4.751)	(1.383)		(6.134)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.171	929	2.130	15.230
Saldo em 30 de junho de 2016	223.237	73.912	60.559	357.708

15.3 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Em 5 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a conversão dos créditos oriundos do Contrato de Mútuo nº 01/2015-CEB em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 21.000. Ainda em 2015, o Conselho de Administração aprovou a realização de novo AFAC, no montante de R\$ 15.000. Os aportes dos referidos recursos foram realizados no meses de outubro a dezembro de 2015 na controlada CEB D.

Em janeiro de 2016 foi autorizado o AFAC para a CEB D, no valor de R\$ 25.900, por intermédio da 541ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, sendo que o valor repassado até junho de 2016 foi no montante de R\$ 25.850.

A Companhia também possui AFAC registrado nas investidas Companhia Brasileira de Gás S.A. (R\$ 12), Corumbá Concessões S.A. (R\$ 3.232) e BSB Energética S.A. (R\$ 1.398).

15.4 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Os bens registrados em propriedade para investimento na Companhia são avaliados pelo custo e são mantidos pelo proprietário para futuro uso corrente indeterminado.

Em 2015, a Companhia iniciou procedimentos licitatórios demonstrando a firme intenção de alienações de bens imóveis, razão pela qual, o terreno localizado no Setor Noroeste, bem como outros imóveis foram transferidos para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14.

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado
---------	------------	---------	-------------

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M – Guará	1.200 m²	20	20	2.229	fev/16
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul , Quadra Interna 13, Lote “G” – Lago Sul	1.600 m²	125	125	3.246	fev/16
Total			145	145	5.475	

15.5 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 221.936, dos quais, R\$ 221.215 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 721 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás S.A..

A seguir estão apresentadas as informações contábeis resumidas das referidas controladas:

15.5.1 CEB LAJEADO S.A.

Balanço Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	35.856	63.091
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.556	15.869
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	25.937	34.522
Juros Sobre Capital Próprio a Receber		6.051
Demais Créditos	7.363	6.649
Não Circulante	337.405	334.528
Títulos a Receber – Investco S.A.	1.135	1.137
Repactuação do Risco Hidrológico	14.569	16.086
Demais Créditos	1.204	1.275
Investimentos	223.237	215.817
Imobilizado	126	136
Intangível	97.134	100.077
Total de Ativo	373.261	397.619
Passivo		
Circulante	49.154	45.863
Contas a Pagar	9.376	5.458
Tributos e Contribuições Sociais	2.403	16.155
Obrigações Societárias	31.850	18.834
Demais Obrigações	5.525	5.416
Patrimônio Líquido	324.107	351.756
Total Passivo	373.261	397.619

Demonstração de Resultado	30/06/2016	30/06/2016
Receita Operacional Líquida	57.217	59.394
Custo com Energia e Operação	(49.987)	(53.532)
Despesas Operacionais	(4.486)	(4.266)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.171	5.290
Receitas Financeiras Líquidas	(930)	1.214
Imposto de Renda/Contribuição Social	(1.753)	(1.946)
Partes Beneficiárias	(1.223)	(615)
Lucro Líquido do Exercício	11.009	5.539

15.5.2 COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS S.A.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	594	468
Caixa e Equivalentes de Caixa	434	250
Contas a Receber	121	109
Demais Créditos	39	109
Não Circulante	620	749
Demais Créditos	47	45
Imobilizado	8	4
Intangível	565	700
Total de Ativo	1.214	1.217
Circulante	346	274
Fornecedores	247	201
Tributos e Contribuições Sociais	62	45
Folha de Pagamento	31	21
Demais Obrigações	6	7
Patrimônio Líquido	868	943
Total Passivo	1.214	1.217

Demonstração de Resultado	30/06/2016	30/06/2016
Receita Operacional Líquida	2.053	1.651
Custo dos Serviços Prestados	(1.932)	(2.386)
Despesas Operacionais	(458)	453
Receitas Financeiras Líquidas	13	19
Prejuízo do Exercício	(324)	(263)

15.6 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE EMPRESA CONTROLADA EM CONJUNTO

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de ativo, passivo e resultado estão demonstrados nos quadros seguintes:

Balanço Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	18.651	10.451
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.981	3.799
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.504	5.862
Demais Créditos	3.166	790
Não Circulante	213.745	220.514
Fundos Vinculados	4219	4.007
Demais Créditos	634	5.775
Imobilizado	204.705	206.430
Intangível	4.187	4.302
Total de Ativo	232.396	230.966
Circulante	10.078	11.019
Fornecedores	625	461
Tributos e Contribuições Sociais	517	528
Empréstimos e Financiamentos	7.352	7.318
Dívidas com Pessoas Ligadas	643	596

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Demais Obrigações	941	2.116
Não Circulante	60.828	64.297
Dívidas com Pessoas Ligadas	9.069	9.069
Empréstimos e Financiamentos	44.911	48.160
Bens de Uso Público	6.447	6.675
Demais Obrigações	412	393
Patrimônio Líquido	161.489	155.649
Total Passivo	232.396	230.966

Demonstração de Resultado	30/06/2016	30/06/2016
Receita Operacional Líquida	19.308	17.456
Custo com Energia	(4.176)	(7.866)
Custos de Operação	(4.371)	(4.587)
Despesas Operacionais	(1.691)	(1.338)
Despesas Financeiras Líquidas	2.535	(2.336)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(695)	(630)
Lucro Líquido do Exercício	5.840	699

15.7 OPERAÇÕES CONTROLADAS EM CONJUNTO

A Companhia possui operações em conjunto com outro acionista no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de ativo e passivo são como segue:

Balanço Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	653	436
Caixa e Equivalentes de Caixa	437	75
Demais Créditos	216	361
Não Circulante	110.855	112.790
Imobilizado/Intangível	110.855	112.790
Total de Ativo	111.508	113.226
Passivo		
Circulante	497	193
Fornecedores	358	124
Tributos e Contribuições Sociais	70	69
Não Circulante	69	6.460
Outras Obrigações	5259	6.460
Patrimônio Líquido	105.752	106.573
Total Passivo	111.508	113.226

15.8 RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do Grupo.

16. IMOBILIZADO

16.1 MOVIMENTAÇÃO

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.130	2.463	706	97	369		16.765
Baixas				(97)			(97)
Transferências			(384)				(384)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.130	2.463	322		369		16.284
Transferências	(2.094)						(2.094)
Saldo em 30 de junho de 2016	11.036	2.463	322		369		14.190
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(249)	(249)	(97)	(222)		(817)
Depreciação		(97)	(32)		(34)		(163)
Baixas				97			97
Transferências			90				90
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(346)	(191)		(256)		(793)
Depreciação		(50)	(11)		(9)		(70)
Saldo em 30 de junho de 2016		(396)	(202)		(265)		(863)
Imobilizado Líquido – 30/06/2016	11.036	2.067	120		104		13.327
Imobilizado Líquido – 31/12/2015	13.130	2.117	131		113		15.491
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

Eventos	Consolidado								
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.507	18.915	9.456	164	56.251	180.424
Adições			677	21	1.386		1	46.316	48.401
Baixas				(532)	(1.066)	(2)		(56.426)	(58.026)
Transferências				(330)			(58)	(234)	(622)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.097	13.828	21.883	45.666	19.235	9.454	107	45.907	170.177
Adições				7				35.141	35.148
Baixas		(688)	(537)	677	7	(4)		(21.234)	(21.779)
Transferências	(2.094)			77		(19)	(58)		(2.094)
Saldo em 30 de junho de 2016	12.003	13.140	21.346	46.427	19.242	9.431	49	59.814	181.452
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.801)	(9.282)	(29.866)	(10.910)	(3.718)	(133)		(57.710)
Depreciação		(296)	(1.306)	(1.581)	(1.468)	(578)	(4)		(5.233)
Baixas				307	1.504				1.811
Transferências				68			40		108
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.097)	(10.588)	(31.072)	(10.874)	(4.296)	(97)		(61.024)
Depreciação/ Ajustes de Depreciação		60	1.850	(1.137)	(1.022)	(248)	(8)		(505)
Transferências				(70)		13	58	4	5
Saldo em 30 de junho de 2016	-	(4.037)	(8.738)	(32.279)	(11.896)	(4.531)	(47)	4	(61.524)
Imobilizado Líquido – 30/06/2016	12.003	9.103	12.608	14.148	7.346	4.900	2	59.818	119.928
Imobilizado Líquido – 31/12/2015	14.097	9.731	11.295	14.594	8.361	5.158	10	45.907	109.153
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não identificou indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras. A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

17. INTANGÍVEL

17.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora
	Direito de Uso de Software
Custo do Intangível	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83
Saldo em 30 de junho de 2016	83
Amortização Acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(21)
Amortizações	(8)
Saldo em 30 de junho de 2016	(29)
Intangível Líquido – 30/06/2016	54
Intangível Líquido – 31/12/2015	62

Eventos	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	261.028	5.746	53.435	17.440	158.946	496.595
Adições	120.340	105.662		9.680		224.522
Baixas	(16)	(106.078				(106.094)
Transferências	874.590	(2.835	6.716	(6.499)		883.132
Obrigações Especiais	(16.687)					(16.687
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.239.255	2.495	60.151	20.621	158.946	1.481.468
Adições	11.761	14.114		4.703		30.578
Baixas		(19.161)				(19.161)
OE's – Ult. de Demanda e Exc. de Reativos	(939)	(2.347)				(3.286)
Saldo em 30 de junho de 2016	1.250.077	(4.899)	60.151	25.324	158.946	1.489.599
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(237.881)		(48.011)		(52.982)	(338.874)
Amortizações	(36.002)		(4.353)		(5.887)	(46.242)
Transferências			(217)			(217)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(273.883)		(52.581)		(58.869)	(385.333)
Amortizações	(11.886)		(1.080)	(314)	(2.944)	(16.224)
Saldo em 30 de junho de 2016	(285.769)	-	(53.661)	(314)	(61.813)	(401.557)
Intangível Líquido – 30/06/2016	964.308	(4.899)	6.490	25.010	97.133	1.088.042
Intangível Líquido – 31/12/2015	965.092	2.775	7.570	20.621	100.077	1.096.135

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão).

17.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A. pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O aludido negócio resulta em R\$ 5.887 de amortização ao ano.

O saldo em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim mostrados:

	30/06/2016	31/12/2015
Ágio	158.946	158.946
Amortização acumulada	(61.812)	(58.869)
Saldo Líquido	97.133	100.077

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia Elétrica			161.223	281.341
Materiais e Serviços	5.650	2.213	32.656	56.547
Encargos de Uso de Rede Elétrica			39.061	9.918
Fornecedores de Gás			234	189
Total	5.650	2.213	233.174	347.995
Circulante	5.650	2.213	230.081	322.035
Não Circulante			3.093	25.960

18.1 EVENTOS NÃO RECORRENTES QUE IMPACTARAM A RUBRICA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

18.1.1 PARCELAMENTO ITAIPU BINACIONAL

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em junho de 2015 a CEB D possuía um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento da Energia do Repasse de Itaipu inadimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R\$ 67.220.

O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.

Em 30 de junho de 2016, o saldo devedor do parcelamento totalizou USD 12.397 (R\$ 40.211).

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	97.269	97.384	212.332	238.812
Outros Tributos	414	1.135	258.546	285.810
Total	97.683	98.519	470.878	524.622
Circulante	414	1.250	269.104	264.796
Não Circulante	97.269	97.269	201.774	259.826

19.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	155.974	175.424
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.862	56.358	63.388
Total	97.269	97.384	212.332	238.812
Circulante		115	32.131	13.336
Não Circulante	97.269	97.269	180.201	225.476

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real, bem como as retenções e as antecipações realizadas no período. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de junho de 2016 e em 2015:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	30.178	(66.751)	30.178	(66.751)	23.240	(17.842)	23.240	(17.842)
Equivalência Patrimonial – Coligadas					(15.230)	395	(15.230)	395
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(12.146)	(2.855)	(12.146)	(2.855)
Total do Resultado Tributável	30.178	(66.751)	30.178	(66.751)	(4.136)	(20.302)	(4.136)	(20.302)
Equivalência Patrimonial	(34.628)	34.494	34.628	34.494				
Adições/Exclusões Permanentes	(372)	77	(372)	77	110.163	11.691	110.163	11.691
Adições/Exclusões Temporárias	6.815	4.206	(27.813)	(475)	27.192	(111.170)	27.192	(111.170)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	1.993	(27.974)	36.621	(32.655)	133.219	(119.781)	133.219	(119.781)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
(-)Compensação Prejuízo Fiscal	(598)		(598)		(39.966)		(39.966)	
Base de Cálculo	1.395	(27.974)	36.023	(32.655)	93.253	(119.781)	93.253	(119.781)
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas	(337)		(125)		(23.490)	(2.421)	(8.457)	(876)
IRPJ – Lucro Presumido					(666)	(661)	(309)	(301)
Ajustes IRPJ/CSLL do Período		244		87	11	244		87
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(337)	244	(125)	87	(24.156)	(2.838)	(8.766)	(1.090)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido					33.248	(30.745)	11.956	(11.067)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(337)	244	(125)	87	9.092	(33.583)	3.190	(12.157)

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao custo atribuído dos terrenos (Nota Explicativa nº 14). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como ativo não circulante mantido para venda. Outros eventos que geraram o reconhecimento de passivos fiscais diferidos foram: o ganho sobre o reconhecimento do VNR (Valor Novo de Reposição) do ativo financeiro indenizável; e sobre os ativos e passivos regulatórios, reconhecidos na CEB D, de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos em 30 de junho de 2016 e em 2015 estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	132.488	165.785
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	47.713	59.691
Total	97.269	97.269	180.201	225.476
Circulante	97.269	97.269	180.201	225.476

19.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (a)			223.490	223.830
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	263	645	28.335	43.938
Programa de Integração Social – PIS	52	139	6.131	9.517
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	99	31	560	1.589
Outros		320	30	6.936
Total	414	1.135	258.546	285.810
Circulante	414	1.135	236.973	251.460
Não Circulante			21.573	34.350

a) IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESTADUAIS, INTERMUNICIPAIS E DE COMUNICAÇÕES – ICMS

Em 27 de agosto de 2014, o GDF formalizou medidas de compensação das eventuais perdas financeiras pela não aplicação total do reajuste tarifário de 2014, editando o Decreto nº 35.762, que tratou do débito da CEB Distribuição S.A. relativo ao pagamento de ICMS sobre o fornecimento de energia. Neste diploma legal, foi reconhecido o valor de R\$ 119.633 que

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

corresponde ao valor histórico deste débito acrescido de correção monetária pelo INPC, não sofrendo assim, a incidência de multas e juros. Adicionalmente, no bojo do mesmo decreto, foi autorizado o parcelamento deste montante em 10 vezes. Em julho de 2015, a CEB Distribuição S.A. realizou a quitação do parcelamento.

20. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de junho de 2016, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 212.901 e apresentava a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	245.195
Faturamento Arrecadado	93.883
Faturamento não Arrecadado	1.540
Atualização Monetária	11.742
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(96.110)
Restituição	66
Baixa	(43.349)
Saldo em 30 de junho de 2016	212.967
Circulante	115.621
Não Circulante	97.346

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês. Até 30 de junho de 2016 foram amortizadas 17 prestações, no montante de R\$ 49.557.

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	145.792
Amortização no Exercício	(18.301)
Atualização no Exercício	7.537
Saldo em 30 de junho de 2016	135.029
Circulante	37.682
Não Circulante	97.346

Em 30 de junho de 2016, considerando aspectos legais que extinguem a exigibilidade de obrigações com fundamento em pareceres jurídicos da CEB Distribuição S/A e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, a Companhia promoveu a baixa de passivos de Contribuição de Iluminação Pública no valor de R\$ 43.349.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Superávit de Baixa Renda (a)	131.351	123.291
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	104.658	93.674
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	147.824	83.909
Total	383.833	300.874
Circulante	183.781	118.605
Não Circulante	200.052	182.269

(a) SUPERÁVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

O assunto está em discussão entre a Distribuidora e o Órgão Regulador. A ANEEL entende que o valor ainda é exigível, e solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A. e submeter à deliberação da Diretoria. A Administração da Companhia tem posição contrária, por considerá-lo decadente.

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por intermédio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A tabela seguinte detalha os valores de **P&D e PEE** em 30 de junho de 2016 e em 2015:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Programa de Eficiência Energética – PEE	69.284	68.559
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	33.612	23.917
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.448	799

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Ministério de Minas e Energia – MME	314	399
Total	104.658	93.674

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. Em 30 de junho de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 115.643. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, mediante à Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..

22. DEBÊNTURES

30/06/2016						Balanço Patrimonial			Demonstração do Resultado	Amortização Principal e Encargos
Eventos	Quantidade em Circulação	Remuneração a.a.	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos Incorridos	
1ª Emissão - Série Única	1.300	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de imóvel (a)	33.648	90.657	124.305	11.030	15.970
2ª Emissão - Série Única	710	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2017.	Recebíveis + Alienação de imóvel		71.000	71.000	1.174	1.068
Custos da Emissão							(1.183)	(1.183)		
Total						33.648	160.474	194.122	12.204	17.038

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000 à CEB D. A controlada optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

Tais debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados a partir da sua emissão, em 15 de junho de 2015, com vencimento em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. Os montantes provenientes desta emissão foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais.

Em 24 de novembro de 2015, mediante o Despacho nº 3.788, a ANEEL anuiu à segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 120.000, igualmente para a CEB D, nos termos e condições aplicáveis à primeira emissão.

Em 15 de maio de 2016, a controlada realizou parcialmente a emissão das debêntures, perfazendo o montante de R\$ 71.000, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação anterior, com vencimento em 15 de maio de 2021. Os recursos líquidos obtidos pela controlada foram destinados, principalmente, para: (a) cumprimento de obrigações junto a fornecedores; e (b) efetivação de obrigações setoriais.

As referidas debêntures, primeira e segunda emissão, possuem carência de 12 meses, contados da data de sua emissão para amortização do principal, bem como são remuneradas a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado					
2017	2018	2019	2020	2021	Total
21.286	42.911	37.199	37.199	21.880	160.474

22.1 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante disponível para venda, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

22.2 COVENANTS

Qualquer operação de FIDC a ser realizada pela CEB D será restrita ao Banco *Credit Suisse*.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	30/06/2016	31/12/2015	
Eletrobrás	3.091	9.325	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	3.506	4.008	Juros de 4,5% a.a.
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	47.245	54.849	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	15	1.413	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A.	94.386	94.497	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	24.509	28.029	5% a.a + TJLP
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	15.297	19.092	5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	37.620	40.436	6% a.a
Banco Daycoval	7.199	11.720	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV	13.611	16.663	6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(981)	(1.088)	
Total	245.498	278.944	
Circulante	46.004	55.325	
Não Circulante	199.494	223.619	

Entre março de 2008 e dezembro de 2011 foi captado um total de R\$ 135.423, divididos em quatro contratos de crédito, via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), destinados ao financiamento de investimentos na distribuição e comercialização de energia no Distrito Federal. Os encargos financeiros incididos foram de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15% nas parcelas mensais de juros, além de uma contrapartida de R\$ 95.526 em capital próprio, aplicado na aquisição de materiais, máquinas, equipamentos e contratação de serviços.

Em 2014, a CEB D firmou contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetivando suprir investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição, em atendimento a projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Distribuidora, tendo o Distrito Federal como Interveniente Garantidor e o Banco de Brasília S.A., como Interveniente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425. O referido financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, não houve contratação de novas operações de Empréstimos e Financiamentos.

As composições dos empréstimos, por indexadores, com as respectivas amortizações, estão resumidas a seguir:

Indexadores	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
UFIR/IGPM	2.224	348	174	147	198	3.091
CDI	10.545	40.902	22.978	23.886	15.005	113.315
TJLP	15.220	20.648	17.498	10.892	9.392	73.650
UBNDES	1.606	3.563	3.563	3.563	3.002	15.297
4,5 % a.a.	500	1.002	1.002	1.002		3.506
6 % a.a.	2.339	5.014	5.014	5.014	20.238	37.620
Total por Indexador	32.434	71.478	50.228	44.504	47.835	246.479
Custo de Transação						(981)
Total Líquido do Custo de Transação						245.498

23.1 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimo e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2015	280.032	(1.088)	278.944
Encargos Incorridos no Período	12.714		(17.304)
Custo de Transação		107	107
Encargos Financeiros Pagos	(17.304)		12.714
Amortizações de Principal	(28.963)		(28.963)
Saldo em 30 de Junho de 2016	246.479	(981)	245.498

23.2 GARANTIAS DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D.

23.3 COVENANTS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D possuem cláusula restritiva (*covenants*) não financeira de vencimento antecipado, vinculada à manutenção do contrato de concessão. Em 30 de junho de 2016, as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos foram cumpridas pela Companhia.

24. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Governo do Distrito Federal	18.623	18.623	18.623	18.623
Eletrobrás			10.443	5.245

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			8.157	6.934
Outros Acionistas	69	69	69	69
Total	18.692	18.692	37.292	30.871
Circulante	18.692	18.692	37.292	30.871

25. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	55	67	12.569	11.547
Provisão de 13º Salários	27		4.268	
Encargos Sobre Provisões	28	86	11.923	11.117
Abono Assiduidade			5.524	5.559
Participação nos Lucros			29	10.325
Outros	2		3.017	182
Total	112	153	37.330	38.730
Circulante	112	153	37.330	25.730

26. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

26.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial	Segmentação assistencial e outros benefícios	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde	Segmentação assistencial	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Além disso, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. Estão sob sua administração os planos CEB- Saúde e CEB-Assistencial.

No plano CEB-Saúde, a participação da controlada está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas. Dessa forma, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de Saúde da CEB – Assistencial, por sua vez, é custeado mediante pagamentos de coparticipações pelos usuários, no momento da sua utilização, cujos percentuais são definidos em regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários, de forma a custear as despesas do plano.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes aos planos previdenciário e de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 31 de maio de 2016; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

Passivo	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Plano de Previdência	42.453	44.613
Plano de Assistência	37.550	46.478
Total	80.003	91.091
Circulante	72.171	69.465
Não Circulante	7.832	21.626

Resultado	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Plano de Previdência	3.499	5.395
Plano de Assistência	19.090	34.627
Total	22.589	40.022

26.2 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Valor Presente das Obrigações Atuariais				
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.106.216)	(1.137.535)	(28.564)	(305.787)
Custo do Serviço Corrente	(4.734)	(9.486)	(91)	(174)
Custo de Juros	(61.923)	(136.163)	(1.667)	(36.603)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(152.683)	100.553	(13.869)	281.468
Benefícios Pagos Pelo Plano	35.835	76.415	14.998	32.532
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.289.721)	(1.106.216)	(29.193)	(28.564)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.289.721	1.106.216	29.193	28.564
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.247.368)	(1.098.956)		
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.247.368	1.098.956		
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	42.353	7.260	29.193	28.564
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Valor Justo dos Ativos dos Planos				
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.098.956	1.108.746		
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	59.012	132.717		
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	16.113	38.199	8.665	32.532
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	4.672	6.291		
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(35.835)	(76.415)	(8.665)	(32.532)
Ganhos/(Perda) Atuariais	104.450	(110.582)		
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.247.368	1.098.956		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/06/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial	42.353	7.260
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	86.874	44.608
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	87.023	28.789
Contribuições Aportadas no Plano	9.647	(38.199)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	(37.898)	10.029
Despesas do Exercício	2.875	6.641
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	42.353	7.260

	Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura	29.193	28.564
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período	33.660	277.791
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício	33.560	305.787
Contribuições Aportadas no Plano	8.665	(32.532)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	3.080	(281.468)
Despesas do Exercício	1.118	36.777
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	29.193	28.564

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos na DRE				
Custo do Serviço Corrente	4.735	9.486	91	174
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	(4.672)	(6.291)		
Custo de Juros	61.923	136.163	1.667	36.603
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(59.011)	(132.717)		
Total da (Despesa)/Receita Reconhecida no Período	2.975	6.641	1.758	36.777

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	30/06/2016	31/12/2015
Ativos		

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Complementar	
	30/06/2016	31/12/2015
Quantidade	487	506
Idade Média	50,46	50,27
Tempo Médio de Serviço (anos)	25,31	25,10
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	6,27	6,48
Valor do Salário Médio (R\$)	11.888,57	11.855,28
Aposentados		
Quantidade	1.082	1.074
Idade Média	66,43	66,20
Benefício Médio (R\$)	5.497,67	5.473,39
Pensionistas		
Quantidade	322	322
Idade Média	64,82	64,07
Benefício Médio (R\$)	1.650,25	1.635,16

	Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015
Titulares		
Quantidade	1.769	1.836
Idade Média	61,97	61,34
Custo Médio	772,77	728,62
Dependentes		
Quantidade	2.030	2.043
Idade Média	46,01	45,49
Custo Médio	550,03	520,61
Total		
Quantidade	3.799	3.879
Idade Média	53,44	52,99
Custo Médio	654,01	618,54

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

Composição dos Ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Disponível	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%
Renda Fixa	91,42%	89,81%	0,00%	0,00%
Renda Variável	0,29%	0,76%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	4,45%	5,06%	0,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	1,46%	1,66%	0,00%	0,00%
Empréstimos com Participantes	2,42%	2,72%	0,00%	0,00%
Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais	(0,05)%	(0,02)%	0,00%	0,00%
Total Percentual dos Ativos do Plano	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

26.2.1 PLANO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.289.721 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.247.368 resultou em um déficit de R\$ 42.353, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 86.874, sendo R\$ 42.117.537,89 relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB e R\$ 44.756.343,49 referente à provisão atuarial constituída no primeiro trimestre, sendo necessário o ajuste dessa provisão.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de maio de 2016. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.268.382) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 5.271); exigível contingencial (R\$ 5.094); e fundos (R\$ 10.648), resultando no valor justo de R\$ 1.247.368, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de maio de 2016, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2015, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que foi reduzida de 7,34% para 6,18%.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	30/06/2016	31/03/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.289.721	1.220.585	1.106.216
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.247.368)	(1.133.562)	(1.098.956)
Resultado	42.343	87.023	7.260

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2016, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2016
Custo do Serviço Corrente	10.806
Custo dos Juros	133.318
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(132.443)
Contribuições dos Participantes	(10.575)
Total da Despesa Estimada	1.107

26.2.2 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

Conforme o balancete desse plano posicionado em 31 de maio de 2016, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 24.575 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 24.575, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data da reavaliação atuarial e, além do patrimônio de cobertura do plano, existem fundos previdenciais no montante de R\$ 601 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

26.2.3 PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

26.2.4 PLANO DE SAÚDE DA CEB – ASSISTENCIAL

Este plano é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB, bem como os dependentes desses grupos, tendo ainda direito à remissão, o cônjuge ou companheiro, após o falecimento do titular.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1º de setembro de 2015, a CEB obteve uma importante modificação na responsabilidade que lhe é atribuída com relação aos aposentados e pensionistas vinculados ao plano de saúde da CEB – Assistencial: foi julgada a ADI nº 2014002032055-2, cujo acórdão, publicado em 25 de setembro de 2015, declarou a inconstitucionalidade da lei distrital que garantia o plano de saúde para os aposentados e pensionistas. Foi mantida, contudo, a cobertura assistencial por um período de 18 meses, contados da publicação do acórdão, cujo prazo se encerrará em março de 2017 (Nota Explicativa nº 1.4.1.1(ix)).

A avaliação atuarial do Plano de Saúde da CEB – Assistencial, posicionada em 31 de maio de 2016, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 29.192. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31 de maio de 2016 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 1.478; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 1.054; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 20.118; e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 6.452.

O passivo líquido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 28.564 e, computadas as variações ocorridas em 2016. Conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 31 de maio de 2016 de R\$ 29.193, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-Assistencial.

A variação na obrigação atuarial, assim como no Plano Previdenciário, decorreu da modificação na taxa de juros, que passou de 7,34% para 6,18%; bem como do aumento no custo assistencial médio; da redução na quantidade total de beneficiários; e da redução no prazo de cobertura do plano de saúde para os benefícios de pós-emprego, o qual cessará em abril de 2017.

Despesa estimada para o exercício de 2016:

	2016
Custo do Serviço Corrente	214
Custo dos Juros	3.442
Total da Despesa Estimada	3.657

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	30/06/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	29.193	28.564
Valor Justo dos Ativos do Plano		-
Resultado	29.193	28.564

26.2.5 PREMISSAS ATUARIAIS

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Financeira				
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	6,18%	7,34%	6,18%	7,34%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	12,05%	13,28%		0,00%
Taxa Anual de Inflação	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa de Crescimento Nominal Anual dos Custos de Saúde	0,00%	0,00%	7,54%	7,00%
Demográficas				
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%		0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Premissas Atuariais Adotadas	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Tábua de Morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.			
Assistidos	Família informada no cadastro.			

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
Comparativo Evidenciando Retorno Esperado e o Retorno Real dos Ativos do Plano	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Taxa Nominal de Rendimento Esperada Sobre os Ativos do Plano	12,5%	13,28%	N/A	N/A

26.3 CONTRATO DE DÍVIDA ATUARIAL

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, como patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição S.A. assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram, desde então, a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade; décimo quarto salário; e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descreve-se a seguir: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; e prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

26.3.1 CONTRATO DE PARCELAMENTO DO SALDO DEVEDOR

Em abril de 2015, a CEB Distribuição S.A. e a FACEB celebraram acordo por meio de Contrato de Parcelamento de Contribuição Suplementar, correspondente ao saldo devedor remanescente em 1º de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897, do contrato de dívida atuarial assinado em 27 de dezembro de 2001. Neste contrato de parcelamento, não foi contemplado o valor da variação monetária no montante de R\$ 12.722, ou seja, na celebração da avença, o valor que deveria ser parcelado seria de R\$ 41.619. A CEB Distribuição S.A. já está realizando tratativas no sentido da alteração do contrato, para que o valor da diferença seja considerado no acordo.

No contrato celebrado, ficou pactuado que o saldo remanescente terá uma carência de 15 meses e que neste período, incidirão juros equivalentes a 6% ao ano, capitalizado mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC, ou índice que vier a substituí-lo. Ao fim do período de carência, o saldo devedor apurado em 1º

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de abril de 2015, devidamente atualizado e acrescido dos encargos previstos, será pago em 13 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de dezembro de 2016.

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31.368	17.869	49.237
Amortização no Exercício	(15.221)		(15.221)
Atualização no Exercício	8.671	603	9.274
Transferências Para o Circulante	2.558	(2.558)	
Saldo em 31 de dezembro 2015	27.376	15.914	43.290
Amortização no Exercício	(4.776)		(4.776)
Atualização no Exercício	2.816		2.816
Transferências Para o Circulante	15.914	(15.914)	
Passivo em 30 de Junho de 2016	41.329		41.329

* Valores calculados em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

	30/06/2016	31/12/2015
Contribuições Para o Plano	879	1.318
Contrato de Dívida	41.329	43.290
Provisão Atuarial	236	
Total	42.444	44.608
Circulante	42.208	28.694
Não Circulante	236	15.914

Para o cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado, as contribuições a pagar. Dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit pactuado entre a Companhia e a FACEB.

26.4 PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

Em continuidade ao programa iniciado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II. Houve a adesão de 185 empregados que possuíam condições de se aposentar pelo INSS e que completariam as condicionantes da FACEB no período de 2006 a 2015. No exercício de 2015, o programa foi concluído.

27. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

27.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Regulatórias			50.101	53.024
Trabalhistas			5.051	9.048
Fiscais	10.788	8.356	10.788	8.356
Cíveis			3.535	8.139
Total	10.788	8.356	69.475	78.567
Circulante			4.586	9.168
Não Circulante	10.788	8.356	64.889	69.399

27.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	54	8.251	8.305
Constituições de Provisão	8		8
Pagamentos	(62)		(62)
Atualização Monetária		105	105
Saldo em 31 de dezembro de 2015		8.356	8.356
Constituições de Provisão		2.413	2.413
Atualização Monetária		19	19
Saldo em 30 de junho de 2016		10.788	10.788

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.959	7.500	8.251	59.655	84.365
Constituições de Provisão	3.295	2.484		1.022	6.801
Reversão de Provisão	(4.102)	(2.319)		(14.495)	(20.916)
Atualização Monetária	958	475	105	6.841	8.379
Pagamento	(62)				(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.048	8.140	8.356	53.023	78.567
Constituições de Provisão	900	3.779	2.413	1.654	8.746
Reversão de Provisão	(5.145)	(8.586)		(7.183)	(20.914)
Atualização Monetária	248	202	19	2.607	3.076
Saldo em 30 de junho de 2016	5.051	3.535	10.788	50.101	69.475

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

A CEB D discute nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

27.2 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de junho de 2016 está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Fiscais	37.262	37.262	37.262	37.262
Cíveis	85	85	2.568	806
Trabalhistas		24	1.541	1.372
Total	37.347	37.371	41.371	39.440

27.2.1 DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

28. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Parcelamento de Multa ANEEL			22.357	17.459
Consumidores	362	196	12.536	13.017
Consignações a Favor de Terceiros	443	54	10.682	4.630
Arrendamento			5.013	3.843
Repasse de Bandeiras Tarifárias				1.830
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos				764
Retenção de Quotas RGR			724	724
Cauções e Garantia	55		426	438
Obrigações com Empresas Ligadas	168	167	228	
Outras Obrigações	10	6	7.174	2.545
Total	1.038	423	59.140	45.250
Circulante	1.038	423	41.116	33.421
Não Circulante			18.024	11.829

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Ultrapassagem de Demanda	21.644	17.149
Excedente de Reativos	34.027	28.732
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	71.484	71.665
Total	127.155	117.546
Não Circulante	127.155	117.546

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

29.1 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RECEITA DE ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA E EXCEDENTE DE REATIVOS

A receita de ultrapassagem de demanda é oriunda de contratos de fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem que é bem superior às tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade ao consumidor e visam o incentivo à não utilização da rede, além do que foi contratado, estando prevista no art. 93 da Resolução nº 14/2010.

A receita de excedente de reativos é uma penalidade ao consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais à rede distribuidora. O Órgão Regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

O Procedimento de Regulação Tarifária (Proret 2.7) foi aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011. Neste procedimento, ficou definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Em conformidade com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, a CEB Distribuição S.A. efetuou o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de fornecimento de energia, em contrapartida à conta de obrigações especiais.

Este procedimento foi objeto de questionamento judicial pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, e a questão encontra-se em tramitação. A CEB Distribuição S.A. está aguardando o julgamento da ação e tais valores estão provisionados em obrigações especiais e apresentados como obrigações vinculadas à concessão.

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

Em setembro de 2015, a Companhia efetivou o aumento de capital no valor de R\$ 223.696, com a emissão de 5.232.925 ações, sendo 2.607.746 ações ordinárias e 2.625.179 ações preferenciais classe B.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capital Total em Ações	30/06/2016	31/12/2015 - Reapresentado
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.187
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.196
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.194
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	595.170	570.432
Total	595.170	570.432
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	41,28	39,57

30.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

30.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de junho de 2016 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817

30.2.2 GANHOS/PERDAS NAS VARIAÇÕES PERCENTUAIS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(i) Energética Corumbá III S.A.

Em dezembro de 2011, foi contabilizada uma perda de capital por diluição de percentual no capital da controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A.. O valor desta perda, apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial, foi de R\$ 847.

Em abril de 2013, houve novo aporte de capital, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista. Este fato gerou uma perda de R\$ 31. Outro evento ocorrido no mesmo exercício, foi a declaração de dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o capital social da controlada, gerou um ganho de R\$ 47.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em abril de 2014, os acionistas *Energ Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram aportes de capital no montante de R\$ 221. Esta operação, gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. Ainda em 2014, houve ganho de R\$ 10, devido a diluição de percentual decorrente da declaração de dividendos da coligada Energética Corumbá III S.A..

Em abril de 2015, os acionistas *Energ Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram novo aporte de capital no montante de R\$ 87. Devido a esta operação, a CEB registrou um ganho de capital no valor de R\$ 33.

30.2.3 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuariais referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da controlada CEB D, no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, de acordo com a regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2015, o montante da perda atuarial foi revertido com base na declaração de inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003 pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Nota Explicativa nº 1.2).

Em 30 de junho de 2016, a composição do saldo da rubrica ajustes de avaliação patrimonial foi a seguinte:

	30/06/2016	31/12/2015
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	18.662	18.662
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A.	(733)	(733)
Perdas Atuarial – Plano Assistencial	(3.360)	
Perdas Atuarial – Plano Previdenciário	(236)	
Outras Movimentações – Coligadas	68	68
Total	203.218	206.814

30.3 RESULTADO DO PERÍODO

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 29.716 (R\$ 39.351 de prejuízo, em 30 de junho de 2015).

30.4 RESERVA DE LUCROS

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

30.5 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A política de dividendos da CEB consta no art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I – Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II – Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O art. 10º do Estatuto apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Finalmente, o art. 38 parágrafo 1º, tem a seguinte redação: “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe B, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias”.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasiliense de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a receita operacional bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Estado de Governo e demais órgãos), totalizou R\$ 237.424, representando 13,0% da receita operacional bruta consolidada (R\$ 201.247 – 10,7% da receita operacional bruta consolidada, em 30 de junho de 2015).

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e em 30 de junho de 2015 estão incluídas no quadro seguinte:

31.1 BALANÇO PATRIMONIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ativo												
Circulante	1.325.257	1.045.639	8.002	12.176	51.397	63.576	39.893	71.263	(35.065)	(37.373)	1.389.484	1.155.281
Ativo Realizável a Longo Prazo	236.192	905.275	3.583		18.727	8.298	14.808	12.580	(7.633)	(522)	265.677	925.631
Investimentos	145	276.114	-		226.883	230.614	661.692	339.704	(525.872)	(195.138)	362.848	651.294
Imobilizado	82.808	70.839	5.676	4.768	18.110	18.828	13.334	15.851	-		119.928	110.286
Intangível	988.588	30.369	207	1	98.628	104.513	619	906	-		1.088.042	135.789
Total do Ativo	2.632.990	2.328.236	17.468	16.945	413.745	425.829	730.346	440.304	(568.570)	(233.033)	3.225.979	2.978.281
Passivo												
Passivo Circulante	1.285.616	1.144.141	2.238	4.774	50.198	46.644	26.250	23.143	(35.562)	(37.895)	1.328.740	1.180.807
Passivo não Circulante	979.211	1.154.065	-		-	90	108.058	317.521	(7.136)	(1)	1.080.133	1.471.675
Patrimônio Líquido	368.163	30.030	15.230	12.171	363.547	379.095	596.038	99.640	(747.808)	(422.419)	595.170	98.517
Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	221.936	227.282	221.936	227.282
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.632.990	2.328.236	17.468	16.945	413.745	425.829	730.346	440.304	(568.570)	(233.033)	3.225.979	2.978.281

31.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Período de três meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	514.136	569.959	3.624	3.377	31.262	34.044	12.672	9.162	(31.434)	(32.246)	530.260	584.296
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(384.694)	(380.607)	2	(386)	(793)	(12.084)			31.197	32.038	(354.288)	(361.039)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(53.587)	(31.194)	(237)	(207)	(3.001)	(2.870)			237	207	(56.588)	(34.064)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(438.281)	(411.801)	(235)	(593)	(3.794)	(14.954)	-	-	31.434	32.245	(410.876)	(395.103)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:									
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações	Consolidado
Pessoal	(53.321)	(44.200)	(752)	(646)	(814)	(698)	(3.179)	(2.822)		(58.066) (48.366)
Material	(605)	(1.291)	(6)	(7)	(3)		(104)	(63)		(718) (1.361)
Serviço de Terceiros	(46.589)	(29.860)	(691)	(730)	(1.223)	(838)	(8.589)	(6.203)		(57.092) (37.631)
Depreciação e Amortização	(9.158)	(11.058)	1.915	(83)	(1.650)	(1.650)	(110)	(124)		(9.003) (12.915)
Provisões	7.241	(4.596)		(19)			(2.394)	(9)		4.847 (4.624)
Custo de Construção	(11.450)	(23.281)								(11.450) (23.281)
(Prov. Estimada)/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	10.866	(12.048)						(4.477)		10.866 (16.525)
Arrendamento					(13.648)	(10.462)				(13.648) (10.462)
Outras	21.039	(5.689)	(574)	(245)	342	(1.649)	(1.109)	(736)	(97)	19.601 (8.319)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(81.977)	(132.023)	(108)	(1.730)	(16.996)	(15.297)	(15.485)	(14.434)	(97)	- (114.663) (163.484)
Equivalência Patrimonial					6.565	1.764	24.093	(4.851)	(21.074)	339 9.584 (2.748)
RESULTADO BRUTO	(6.122)	26.135	3.281	1.054	17.037	5.557	21.280	(10.123)	(21.171)	338 14.305 (22.961)
Receita Financeira	41.263	14.713	245	267	2.167	1.909	3.089	779		(161) 46.764 17.507
Despesa Financeira	(45.911)	(24.651)	(24)	(15)	(1.054)	(414)	(43)	(15)	161	(47.032) (24.934)
RESULTADO FINANCEIRO	(4.648)	(9.938)	221	252	1.113	1.495	3.046	764	-	- (268) (7.427)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(10.770)	16.197	3.502	1.306	18.150	7.052	24.326	(9.359)	(21.171)	338 14.037 15.534
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	(16.205)		(195)	(195)	(1.954)	(2.629)	(462)			(18.816) (2.824)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	36.210	(19.855)			(1.761)	210				34.449 (19.645)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	9.235	(3.658)	3.307	1.111	14.435	4.633	23.864	(9.359)	(21.171)	338 29.670 (6.935)
Atribuível ao Acionista Controlador										24.009 (9.260)
Atribuível aos Acionistas não Controladores										5.661 2.325

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	514.136	569.959	3.624	3.377	31.261	34.043	12.672	9.162		561.693 616.541
Receita Entre Segmentos	(238)	(208)			(31.195)	(32.037)				(31.433) (32.245)
Receitas com Clientes Externos	513.898	569.751	3.624	3.377	66	2.006	12.672	9.162		530.260 584.296

	Período de seis meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.049.998	1.143.840	7.751	7.234	62.407	66.704	22.277	18.110	(63.148)	(64.123)	1.079.285	1.171.765
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(760.016)	(795.362)	(110)	(805)	(14.149)	(28.700)			62.674	63.715	(711.601)	(761.152)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(82.354)	(61.078)	(474)	(408)	(5.949)	(5.752)			474	408	(88.303)	(66.830)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(842.370)	(856.440)	(584)	(1.213)	(20.098)	(34.452)			63.148	64.123	(799.904)	(827.982)
Pessoal	(108.424)	(90.473)	(1.395)	(1.298)	(1.568)	(1.196)	(6.024)	(5.600)			(117.411)	(98.567)
Material	(729)	(2.264)	(21)	(10)	(4)	(3)	(147)	(128)			(901)	(2.405)
Serviço de Terceiros	(65.981)	(56.323)	(1.662)	(1.741)	(1.874)	(2.055)	(14.621)	(12.156)			(84.138)	(72.275)
Depreciação e Amortização	(19.007)	(22.357)	1.823	(171)	(3.299)	(3.301)	(220)	(248)			(20.703)	(26.077)
Provisões	13.094	(6.163)		(38)		(90)	(2.438)	(9)			10.656	(6.300)
Custo de Construção	(17.540)	(43.490)									(17.540)	(43.490)
(Prov. Estimada)/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.767)	(23.980)					(5.006)	(4.681)			(9.773)	(28.661)
Arrendamento					(27.296)	(20.925)					(27.296)	(20.925)
Outras	12.291	(8.453)	(587)	(527)	420	(3.311)	(2.215)	(1.660)	(97)		9.812	(13.951)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(191.063)	(253.503)	(1.842)	(3.785)	(33.621)	(30.881)	(30.671)	(24.482)	(97)		(257.294)	(312.651)
Equivalência Patrimonial					12.217	4.997	34.628	(7.425)	(31.615)	2.033	15.230	(395)
RESULTADO BRUTO	16.565	33.897	5.325	2.236	20.905	6.368	26.234	(13.797)	(31.712)	2.033	37.317	30.737
Receita Financeira	73.409	30.386	487	481	3.998	2.973	3.724	953		(301)	81.618	34.492
Despesa Financeira	(91.428)	(82.500)	(44)	(31)	(4.122)	(809)	(101)	(32)		301	(95.695)	(83.071)
RESULTADO FINANCEIRO	(18.019)	(52.114)	443	450	(124)	2.164	3.623	921			(14.077)	(48.579)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(1.454)	(18.217)	5.768	2.686	20.781	8.532	29.857	(12.876)	(31.712)	2.033	23.240	(17.842)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(29.802)		(412)	(387)	(2.246)	(3.872)	(462)	331			(32.922)	(3.928)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	45.275	(43.164)			(71)	1.352					45.204	(41.812)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	14.019	(61.381)	5.356	2.299	18.464	6.012	29.395	(12.545)	(31.712)	2.033	35.522	(63.582)
Atribuível ao Acionista Controlador											29.716	(66.420)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											5.806	2.838

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	1.049.998	1.143.840	7.751	7.234	62.406	66.704	22.277	18.110			1.142.433 1.235.888
Receita Entre Segmentos	(475)	(409)			(62.673)	(63.714)					(63.148) (64.123)
Receitas com Clientes Externos	1.049.523	1.143.431	7.751	7.234	(267)	2.990	22.277	18.110			1.079.285 1.171.765

31.3 FLUXO de Caixa por Segmento de Negócio

Atividades:	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Operacionais	(5.131)	29.415	4.164	2.698	19.388	10.027	22.486	7.898	19.834	50.036
Investimento	(25.438)	(7.600)	-		19		(23.106)		(25.421)	(7.600)
Financiamento	61.253	(15.450)	(5.161)		(27.751)		250		26.560	(15.450)
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	30.684	6.365	(997)	2.698	(8.344)	10.027	(370)	7.898	20.973	26.986

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atividades:	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	36.877	30.846	6.488	7.170	24.347	20.420	10.333	7.569	78.043	66.006
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	67.561	37.211	5.491	9.868	16.003	30.447	9.963	15.467	99.016	92.992
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	30.684	6.365	(997)	2.698	(8.344)	10.027	(370)	7.898	20.973	26.986

32. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

32.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Fornecimento de Energia Elétrica (c)			832.442	794.880
Energia de Curto Prazo			103.622	114.420
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(110.366)	47.337
Receita de Construção			11.450	23.281
Aporte de Recursos da CDE (a)			9.351	15.353
Receita de Prestação de Serviços	13.064	9.487	13.217	9.830
Suprimento de Energia			7.436	7.160
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			4.889	8.082
Arrendamento e Aluguéis			6.791	8.033
Receita de Venda de Gás			1.405	1.154
Outras Receitas			554	531
Receita Operacional Bruta	13.064	9.487	880.791	1.030.061
Impostos	(261)	(207)	(171.895)	(157.378)
Contribuições	(1.215)	(945)	(80.236)	(96.872)
Encargos do Consumidor (b)			(98.400)	(193.971)
Descontos Incondicionais			-	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.476)	(1.152)	(350.531)	(448.221)
Receita Operacional Líquida	11.588	8.335	530.260	581.840

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Fornecimento de Energia Elétrica (c)			1.695.828	1.422.557
Energia de Curto Prazo			175.903	227.290
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(147.513)	103.478
Receita de Construção			17.540	43.490
Aporte de Recursos da CDE (a)			19.050	27.233
Receita de Prestação de Serviços	22.795	18.624	23.115	19.243
Suprimento de Energia			15.683	14.832
Arrendamento e Aluguéis			11.016	14.635
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			13.654	13.432
Receita de Venda de Gás			2.792	2.201
Outras Receitas			1.073	964
Receita Operacional Bruta	22.795	18.624	1.828.141	1.889.355
Impostos	(456)	(376)	(349.454)	(279.006)
Contribuições	(2.114)	(1.790)	(174.408)	(178.246)
Encargos do Consumidor (b)			(224.872)	(265.177)
Descontos Incondicionais				(5)
Devolução de Vendas			(122)	
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.570)	(2.166)	(748.856)	(722.434)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita Operacional Líquida	20.225	16.458	1.079.285	1.166.921

a) A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste tarifário anual das distribuidoras.

No primeiro semestre de 2016, os aportes de CDE totalizaram R\$ 19.050 (R\$ 27.233 no 2S2015), referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Tais aportes seguiram o que está previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto nº 7.945/2013 (Nota Explicativa nº 10).

b) Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A..

No primeiro semestre de 2016 os valores reconhecidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 209.756, correspondente a R\$ 20.724 de quotas da CDE Energia; R\$ 115.200 CDE Uso; e R\$ 73.836 CDE-ACR.

Os valores de CDE Energia e CDE Uso foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A.. Os montantes da conta CDE-ACR foram homologados por meio da Resolução Homologatória nº 1.863/2015.

c) Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela gestão da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os valores disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarelas e vermelhas foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015, os valores adicionados passaram a ser de R\$ 25,00/MWh e de R\$ 55,00/MWh, respectivamente.

Em 28 de agosto de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$ 5,50 para R\$ 4,50, a cada 100 kWh consumidos. A partir de 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 e R\$ 4,50, aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos; e a bandeira amarela teve seu valor reduzido, passando de R\$ 2,50 para R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Já no segundo trimestre de 2016 a bandeira passou a ser processada na cor verde. Destaque-se que o faturamento de energia elétrica é composto pelo faturamento normal e pela bandeira tarifária.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte detalha o acionamento mensal da bandeira tarifária, bem como o fluxo de montantes registrados pela controlada CEB D:

Competência	Acionamento da Bandeira Tarifária	Receita Faturada	Repasse à CCRTB	Valor de Cobertura dos Custos (CVA)	Despachos ANEEL
jan/15	Vermelha	5.800	(4.474)	(1.326)	583/2015
fev/15	Vermelha	12.984	(11.432)	(1.552)	829/2015
mar/15	Vermelha	19.224	(14.927)	(4.297)	1356/2015
abr/15	Vermelha	27.589	(13.401)	(14.188)	1743/2015
mai/15	Vermelha	27.323	(17.648)	(9.674)	2131/2015
jun/15	Vermelha	27.037	(10.826)	(16.211)	2440/2015
Total 2º Tri/2015		119.957	(72.708)	(47.248)	
jan/16	Vermelha	22.729	(8)	(22.721)	529/2016
fev/16	Vermelha – Patamar 1	18.482	(10)	(18.472)	797/2016
mar/16	Amarela	11.797		(11.797)	
abr/16	Verde (*)	4.699		(4.698)	1431/2016
mai/16	Verde				1734/2016
jun/16	Verde				
Total 2º Tri/2016		57.707	(18)	(57.689)	

(*) Em abril de 2016, ocorreu o faturamento de R\$ 4.699 de bandeira tarifária referente à receita não faturada de março de 2016, apesar da aplicação da Bandeira Verde.

32.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(274.281)	(286.450)	(541.887)	(588.522)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(79.632)	(75.558)	(169.035)	(172.631)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(56.589)	(34.063)	(88.304)	(66.829)
Amortização do Risco Hidrológico	(375)		(679)	
Total	(410.877)	(396.071)	(799.905)	(827.982)

32.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal e Administradores	(3.137)	(2.779)	(58.067)	(48.365)
Serviço de Terceiros	(8.489)	(6.133)	(57.092)	(37.682)
Custo de Construção – Concessão (a)			(11.450)	(23.281)
Depreciação e Amortização	(41)	(55)	(8.999)	(12.917)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa		(4.477)	10.866	(16.525)
Arrendamento			(13.648)	(10.462)
Material	(99)	(62)	(717)	(1.361)
Outras Despesas	(24)	(34)	(2.302)	(6.818)
Total	(11.790)	(13.540)	(141.409)	(157.411)
Classificados como:				
Custo da Operação			(67.149)	(79.333)
Custo dos Serviços Prestados	(9.075)	(6.488)	(7.839)	(4.825)
Despesas com Vendas		(4.477)	(8.511)	(34.135)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.715)	(2.575)	(57.910)	(39.118)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal e Administradores	(5.932)	(5.508)	(117.412)	(98.566)
Serviço de Terceiros	(14.431)	(11.979)	(84.138)	(72.428)
Custo de Construção – Concessão (a)			(17.540)	(43.490)
Depreciação e Amortização	(82)	(111)	(20.701)	(26.078)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.006)	(4.681)	(9.772)	(28.661)
Arrendamento			(27.296)	(20.925)
Material	(140)	(126)	(902)	(2.405)
Outras Despesas	(166)	(184)	(8.580)	(11.904)
Total	(25.757)	(22.589)	(286.341)	(304.457)
Classificados como:				
Custo da Operação			(132.936)	(153.261)
Custo dos Serviços Prestados	(15.432)	(12.923)	(13.172)	(10.891)
Despesas com Vendas	(5.006)	(4.681)	(47.181)	(63.485)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.319)	(4.985)	(93.052)	(76.820)

a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- A atividade fim é a distribuição de energia elétrica;
- Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

32.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			8.441	7.412
Dividendos Prescritos				
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			5.507	2.851
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			1.974	461
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			10.054	1.687
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			5.466	
Tributos Sobre Outras Receitas			(2.467)	
Ganho na Baixa de Bens			(545)	(51)
Outras Receitas	65	50	26.960	1.718
Subtotal	65	50	55.390	14.078
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(8.902)	(9.868)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(2.393)	(8)	(6.449)	(4.220)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(4.745)	(2.314)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais				(50)
Multas ANEEL			(6.083)	(228)
Outras Despesas	(124)		(2.462)	(47)
Subtotal	(2.517)	(8)	(28.641)	(16.727)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(2.452)	42	26.749	(2.649)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			17.146	15.516
Dividendos Prescritos				
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			9.496	7.824
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			1.974	461
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			20.913	3.029
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			5.466	
Tributos Sobre Outras Receitas			(2.467)	
Ganho na Baixa de Bens			(545)	(99)
Outras Receitas	65	50	27.198	1.730
Subtotal	65	50	79.181	28.461
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(17.343)	(18.727)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(2.438)	(8)	(11.827)	(6.380)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(12.455)	(6.024)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais				(50)
Multas ANEEL			(6.083)	(480)
Outras Despesas	(155)		(2.426)	(150)
Subtotal	(2.593)	(8)	(50.134)	(31.811)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(2.528)	42	29.047	(3.350)

32.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	2.588	449	23.746	5.214
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			4.445	6.896
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.912	2.862
Rendimentos de Aplicações Financeiras	96	320	3.046	1.615
Multas e Penalidades Aplicadas			154	64
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	397		397	
Outras Receitas Financeiras			790	856
Tributos Sobre Receitas Financeiras			(2.134)	
Subtotal	3.081	769	39.356	17.507
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(13)	(11)	(16.917)	(20.039)
Encargos de Dívidas			(13.192)	(9.010)
Atualização de Benefício Pós-emprego				(420)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(11.250)	(140)
Outras Despesas Financeiras	(30)	(4)	(5.673)	321
Subtotal	(43)	(15)	(47.032)	(29.288)
Variação Cambial Líquida			7.408	4.354
Resultado Financeiro	3.038	754	(268)	(7.427)

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas Financeiras				

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	3.056	514	28.012	8.954
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			18.597	15.706
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			15.123	5.784
Rendimentos de Aplicações Financeiras	215	417	5.230	2.630
Multas e Penalidades Aplicadas			295	253
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	440		498	
Outras Receitas Financeiras		2	1.301	1.165
Tributos Sobre Receitas Financeiras			(2.926)	
Subtotal	3.711	933	66.130	34.492
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(43)	(21)	(37.808)	(42.793)
Encargos de Dívidas			(28.334)	(19.377)
Atualização de Benefício Pós-Emprego				(1.118)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(18.998)	(729)
Outras Despesas Financeiras	(58)	(11)	(10.555)	(1.651)
Subtotal	(101)	(32)	(95.695)	(65.668)
Variação Cambial Líquida			15.489	(17.403)
Resultado Financeiro	3.610	901	(14.076)	(48.579)

33. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

33.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

33.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	24.009	(9.260)	29.716	(66.420)
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	11.965	(4.614)	14.808	(33.098)
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	12.044	(4.646)	14.908	(33.322)
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	4.576	7.184	4.576
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	4.607	7.232	4.607

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	24.009	(9.260)	29.716	(66.420)
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	1,6654	(1,0084)	2,0613	(7,2329)
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	1,6654	(1,0084)	2,0613	(7,2329)

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

34.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

34.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração	209	241	1.305	999
Demais Benefícios de Curto Prazo	60	68	111	187
Total	269	309	1.416	1.186

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração	433	480	2.433	1.923
Demais Benefícios de Curto Prazo	124	131	248	371
Total	557	611	2.681	2.294

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

34.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

34.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/06/2016	31/12/2015
Ativo		32.018	19.383
Contas a Receber, Líquido da PECLD		11.608	10.008
Governo do Distrito Federal	a	11.608	10.008
Demais Ativos		20.594	9.375
Dividendos/JSCP	b	13.271	9.090
CEB Lajeado S.A.		13.250	6.655
CEB Geração S.A.			1.432
CEB Participações S.A.			444
Energética Corumbá III S.A.		21	559

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/06/2016	31/12/2015
Empréstimo (Mútuo)		7.139	
CEB Distribuição S.A.	c	7.139	
Outras Operações		184	285
CEB Distribuição S.A.	d	184	285
Passivo			19.670
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	e	18.623	18.623
Demais Obrigações		1.347	1.047
CEB Distribuição S.A.	f	1.180	880
CEB Distribuição S.A.	g	167	167

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas		13.064	9.647	22.795	18.925
Receita de Prestação de Serviços		13.064	9.487	22.795	18.624
Governo do Distrito Federal	h	13.064	9.487	22.795	18.624
Varição Monetária de Dividendos			160		301
CEB Lajeado S/A			160		301
Despesas			4.477	5.006	4.681
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa			4.477	5.006	4.681
Governo do Distrito Federal	i		4.477	5.006	4.681

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das controladas;

c) Trata-se de empréstimo (mútuo) com a controlada CEB D, que tem remuneração de 97% do CDI.

d) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;

e) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

g) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

g) Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D;

h) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 30 de junho de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2016 o valor faturado destes serviços totalizou R\$ 22.795 (R\$ 18.624 em 30 de junho de 2015), apresentando margem líquida média por contrato de 6,7%; e

i) Trata-se de reconhecimento de Perdas Estimadas Com Crédito Liquidação Dúvidosa – PECLD de faturas com o Governo do Distrito Federal – GDF.

34.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015
Ativo		88.842	91.786
Contas a Receber, Liquida da PCLD		87.030	84.590
Corumbá Concessões S.A.	a	244	244
Energética Corumbá III S.A.	a	65	65
Governo do Distrito Federal	b	86.721	84.281
Demais Ativos		1.812	7.196
Dividendos/JSCP	c	1.215	6.610
Energética Corumbá III S.A.		21	559
Investco S.A.			6.051
Outras Operações		597	586
Governo do Distrito Federal	d	597	586
Passivo		260.732	282.079
Fornecedores		29.142	18.261
Corumbá Concessões S.A.	e	25.820	12.399
Energética Corumbá III S.A.	e	3.322	5.862
Contribuição de Iluminação Pública		212.967	245.195
Governo do Distrito Federal	f	212.967	245.195
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	g	18.623	18.623

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas		120.129	119.328	239.289	203.328
Receita de Comercialização de Energia	h	933	1.100	1.865	2.081
Corumbá Concessões S/A		738	868	1.475	1.672
Energética Corumbá III S/A		195	232	390	409
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		119.196	118.228	237.424	201.247
Governo do Distrito Federal	i	119.196	118.228	237.424	201.247
Despesas		23.928	48.746	80.895	95.785
Energia Comprada para Revenda		50.030	45.647	97.373	89.702
Corumbá Concessões S/A	j	39.987	36.446	77.138	71.404
Energética Corumbá III S/A	j	10.043	9.201	20.235	18.298
Perdas Estimadas Com Créditos de Liquidação Duvidosa		3.217	3.099	12.841	6.083
Governo do Distrito Federal	k	3.217	3.099	12.841	6.083
Reversão de Perdas Estimadas Com Créditos de Liquidação Duvidosa					
Governo do Distrito Federal	k	(29.319)		(29.319)	

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;
- c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;
- d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;
- e) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão da CEB D. Os valores das tarifas praticadas em 30 de junho de 2016 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, atualizados pelo IGP-M;
- f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF. Em 30 de junho de 2016, o montante a repassar ao GDF era de R\$ 212.967, atualizado pelo INPC;
- g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador com data de pagamento para 31 de julho de 2017, conforme Despacho nº - 246/2016 – Governança-DF, de 18 de abril de 2016;
- h) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;
- i) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 214.629 (R\$ 182.623, em 30 de junho de 2015), que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pela ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública, os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 22.795 (R\$ 18.624, em 30 de junho de 2015), apresentando margem líquida média por contrato de 6,7%;
- j) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão. Os valores das tarifas praticadas em 30 de junho de 2016 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, e são atualizados pelo IGP-M; e
- k) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D, no montante de R\$ 7.835, e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB, no valor de R\$ 5.006. No trimestre foi realizada a reversão da perda no montante de R\$ 29.319.

34.3.3 OPERAÇÕES COM A FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 26.

34.4 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o *Data Center* da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

35. SEGUROS

Em 30 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos até 30 de dezembro de 2016, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.436 e a importância segurada de R\$ 528.053.

Os bens das usinas UHE Luís Eduardo Magalhães, UHE Queimado, UHE Corumbá III e UHE Corumbá IV, também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	30.178	(66.751)	23.240	(17.842)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	78	111	20.701	26.078
Resultado de Equivalência Patrimonial	(34.628)	61.563	(15.230)	395
Receita de Construção			(17.540)	(43.490)
Custo de Construção - Concessão			17.540	43.490
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível				99
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais				50
Encargos da Dívida			22.975	19.257
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(5.466)	
Perdas com Pessoal Cedido				772
Reversão de Perdas com Pessoal Cedido				(772)
Ajuste a Valor Presente			1	5
Atualização Monetária – Dividendos		(301)		236
Atualização Monetária – Mútuo	(632)			
Atualização Monetária – Contribuição de Iluminação Pública			11.742	11.920
Custo de Transação com Empréstimos			867	119
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	2.432	8	(9.092)	3.350
Dividendos Recebidos – Custo	(597)		(597)	
	(33.347)	61.381	25.901	61.509
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	(1.600)	18.301	(10.938)	(76.813)
Estoques	39	-	(336)	4.574
Depósitos e Bloqueios Judiciais		110	(1.643)	4.679
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			222.649	(126.955)
Tributos e Contribuições Compensáveis	1.676	147	(1.404)	1.848
Demais Créditos	(18)	(59)	(29.279)	(38.525)
	97	18.499	179.049	(231.192)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	3.437	(5.093)	(115.021)	15.820
Obrigações Tributárias	(1.298)	(321)	(39.432)	23.052
Contribuição de Iluminação Pública			(43.970)	5.283
Encargos Regulatórios			82.959	154.427
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(41)	(118)	(1.400)	(3.061)
Obrigações Societárias			17.037	
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(84.524)	
Benefícios Pós-Emprego			(14.685)	(8.318)
Obrigações Vinculadas a Concessão			9.609	8.475
Demais Obrigações	816	(129)	15.675	47.729
	2.914	(5.661)	(173.752)	243.407
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	22.007	460	11.398	14.827
Juros Recebidos – Mútuo	632			
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(14.312)	(2.980)
Pagamento de Encargos da Dívida			(31.690)	(17.631)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais		(62)		(62)
	22.639	398	(34.604)	(5.846)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	22.481	7.866	19.834	50.036

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 10 de agosto de 2016.

ARI JOAQUIM DA SILVA

Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA

MACHADO

Diretor Técnico

HAMILTON CARLOS NAVES

Diretor de Regulação e Planejamento

Estratégico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor Administrativo-Financeiro e de

Relações com Investidores

THIAGO CAVALCANTE SANTOS

Contador

CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Brasília S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº1.4.1.1. As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº21 a), a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante, em 30 de junho de 2016, o montante de R\$131.351 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. No exercício de 2014, a Administração da Companhia desenvolveu estudo jurídico interno que concluiu sobre a prescrição de tais valores, no entanto, o parecer jurídico orientou consulta prévia ao órgão regulador (ANEEL) antes que fosse procedida a baixa contábil. A Administração formalizou a consulta prévia ao órgão regulador e em 02 de Fevereiro de 2015, a ANEEL informou em resposta a esta consulta que a CEB Distribuição S.A. deveria manter nos seus registros contábeis o referido passivo, para posterior consideração pela Agência Reguladora na modicidade tarifária, fato este que não ocorreu no referido reajuste. Adicionalmente, a ANEEL emitiu documento em 25 de agosto de 2015, instruindo processo específico para este assunto cujo resultado deve ser considerado no processo tarifário de 2016 que ocorrerá em outubro de 2016. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos Valores Adicionados

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações

Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, utilizadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos relatório em 18 de março de 2016 sem modificação e com as mesmas ênfases mencionadas acima. As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram revisadas por nós e emitimos relatório em 12 de agosto de 2015 sem modificação e com ênfase quanto aos mesmos assuntos mencionados acima.

Brasília-DF, 15 de agosto de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 "S"

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 "S"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 2º trimestre de 2016.

ARI JOAQUIM DA SILVA

Diretor-Presidente

Diretor de Planejamento Estratégico substituto

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente